



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

JAIR ANTUNES

**A UFFS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E
TENSIONAMENTOS NOS BACHARELADOS DE AGRONOMIA E DE
ADMINISTRAÇÃO**

**CHAPECÓ
2016**

JAIR ANTUNES

**A UFFS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E
TENSIONAMENTOS NOS BACHARELADOS DE AGRONOMIA E DE
ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Educação da Universidade Federal da
Fronteira Sul - UFFS como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Educação sob orientação da Prof^a Dra.
Solange Maria Alves

**CHAPECÓ
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D
CEP: 89802-210
Caixa Postal 181
Bairro Jardim Itália
Chapecó - SC
Brasil

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

ANTUNES, JAIR

A UFFS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: APROXIMAÇÕES,
DISTANCIAMENTOS E TENSIONAMENTOS NOS BACHARELADOS DE
AGRONOMIA E DE ADMINISTRAÇÃO / JAIR ANTUNES. -- 2016.
102 f.

Orientador: Solange Maria Alves .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação
(PPGE) , Chapecó, SC, 2016.

1. Educação superior. 2. Economia solidária. 3.
trabalho. 4. Educação e desenvolvimento humano. 5. UFFS.
I. , Solange Maria Alves, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JAIR ANTUNES

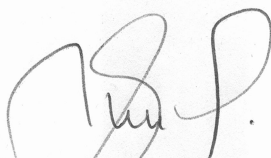
**A UFFS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E
TENSIONAMENTOS NOS BACHARELADOS DE AGRONOMIA E DE
ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título
de Mestre em Educação, defendida em banca examinadora em 03/11/16.


Orientadora: Prof^a Dra. Solange Maria Alves

Aprovada em: 03/11/2016

BANCA EXAMINADORA



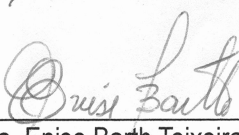
Prof^a Dra. Solange Maria Alves – UFFS (presidente da banca)



Prof. Dr. Oto João Petry – UFFS (titular)



Prof. Dr. Ivo Dickman – UNOCHAPECÓ (titular)



Prof^a Dra. Enise Barth Teixeira – UFFS (suplente)

Chapecó/SC, novembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização desse trabalho, em especial, a minha família que é o lugar onde a economia solidária está presente e é a gênese de um clã solidário com autonomia onde todos permanecem cumprindo um papel social.

Aos meus sócios na COOPER CASA NOVA, que com o trabalho autogestionário, contribui para reflexões sobre a nossa prática diária.

Aos meus amigos militantes da economia solidaria e da educação popular libertadora, para o desenvolvimento humano que lutam lado a lado na caminhada para uma utopia a ser alcançada.

E aos meus mestres pelas perguntas, pelos diálogos e pelas orientações que me asseguraram os necessários suportes para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa esteve pautada pelo objetivo de refletir sobre as aproximações e distanciamentos dos conteúdos dos PPC (Projetos Pedagógicos de Cursos) dos bacharelados em Agronomia com ênfase em Agroecologia e em Administração com ênfase em Cooperativismo da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) campus de Chapecó/SC, em relação aos princípios políticos pedagógicos desta Universidade, especialmente os relativos aos compromissos com o desenvolvimento territorial sustentável. Este se faz por meio de processos formativos focados no desenvolvimento de outra economia, com novo paradigma para produzir, consumir e viver, como é a Economia Solidária. Em termos teóricos, esta pesquisa se fundamenta em um tripé temático, abordando as inter-relações entre Trabalho, Economia e Educação, à luz da concepção materialista histórico-dialética em seus fundamentos teóricos e epistemológicos, principalmente em autores como: Marx (1974, 1978), Gramsci (1999), Vigotsky (2001a; 2001b), Meszáros (2008), Freire (1987), Gaiger (2014). A análise dos dados empíricos, buscou a compreensão do objeto em movimento dialético pautado pela estratégia metodológica da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Os resultados do estudo permitem inferir que, de um lado, a UFFS constitui-se, de fato, um espaço-tempo de produção e difusão do conhecimento tendo como referência as classes populares, a inclusão, o desenvolvimento sustentável e a superação da matriz produtiva, o que a aproxima bastante dos fins últimos da Economia Solidária. A missão da UFFS foi verificada em muitos aspectos dos cursos analisados nesta pesquisa. Por outro lado, também revela elementos de distanciamento dos referenciais assumidos, na medida em que as ênfases propostas de cooperativismo no curso de Administração não se constitui fundamento presente no conjunto das atividades pedagógicas, bem como a ênfase proposta em “agroecologia” no curso de Agronomia não está consolidada como projeto alternativo ao agronegócio. Em termos conclusivos, o movimento realizado no exercício de apreensão do objeto, possibilitou ampliar o olhar tanto para a UFFS como instituição de educação superior, quanto para o movimento da Economia Solidária que, pela mediação de novas leituras no âmbito da Educação, sobretudo as contribuições da teoria histórico-cultural de desenvolvimento humano e o reencontro com a pedagogia freireana, se mostra como espaço-tempo de formação de sujeitos sócio-históricos. Esse movimento reflexivo sobre o objeto somado ao “saber de experiência feito” (Freire) no âmbito da Economia Solidária, constitui-se território de novas perguntas de estudo, problematizações fecundas de onde poderão emergir novos jeitos de fazer “um outro mundo possível”.

Palavras-chave: Educação superior. Economia solidária. Trabalho. Educação e desenvolvimento humano. Desenvolvimento regional. UFFS.

ABSTRACT

This research was guided by the objective to reflect on the similarities and differences of the contents of (Pedagogical Project Courses) of bachelor degrees in Agronomy with emphasis on agro-ecology and management with emphasis on cooperation UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) campus Chapecó / SC in relation to teaching political principles of this University, especially those relating to commitments to sustainable territorial development through training processes focused on the development of another economy with new paradigm to produce, consume and live, as Solidarity economy. In theory, this research is based on a thematic tripod, addressing the interrelations between work, economy and education, in light of historical and dialectical materialist conception in its theoretical and epistemological foundations, especially in authors such as Marx (1974, 1978), Gramsci (1999), Vygotsky (2001a; 2001b), Mészáros (2008), Freire (1987), Gaiger (2014). Therefore, activity analysis of empirical data, has always sought to understand the dialectical moving object guided by the methodological strategy of content analysis as proposed by Bardin (1977). Our findings around the object, allow us to infer that, on the one hand, the UFFS constitutes, in fact, a production space-time and dissemination of knowledge with reference to the popular classes, inclusion, sustainable development and overcoming the productive matrix. What closely parallels the ultimate ends of the Solidarity Economy. This mission UFFS, so to speak, was also found in many aspects of courses examined in this study. On the other hand, the object also reveals distancing elements made reference, in that the emphases proposed "cooperation" in the course of Directors is if not this plea in all the educational activities and the emphasis proposal on "agroecology" in the course of Agronomy is not consolidated as an alternative project to agribusiness. In conclusive terms, the move made the object of seizure exercise enabled broaden perspectives for both UFFS as higher education institution, and to the movement of the Solidarity Economy that, through the mediation of new readings in the context of human development, especially contributions from the historical-cultural theory of human development and the reunion with Freire's pedagogy, now shows with space-time training of socio-historical subjects. This reflexive move on object added to our "knowledge of experience made" (Freire) under the Solidarity Economy, it is now, the territory of new study questions, problematizations fecund where can emerge new ways to make "another world possible".

Keywords: College education. Solidarity economy. Work. Education and human development. UFFS. Regional development.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DOCUMENTOS OFICIAIS DA UFFS: COEPE – PDI – PPI.....	60
QUADRO 2 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE NO PPC DO CURSO DE AGRONOMIA COM ÊNFASE EM AGROECOLOGIA.....	63
QUADRO 3 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE NO PPC DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM ÊNFASE EM COOPERATIVISMO.....	67

LISTA DE SIGLAS

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa.
ACT - Admito em caráter temporário.
APACO - Associação de pequenos agricultores do Oeste Catarinense
CCR – Componente Curricular
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
COEPE – Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
COOPER CASA NOVA - Cooperativa de Construção Civil e Habitação Casa Nova
COOPERALFA - Cooperativa Agroindustrial Alfa.
COOPERALFA - Cooperativa Agroindustrial Alfa.
COOPERHAF - Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
CREHNOR - Cooperativa de Crédito Rural
CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com interação Solidária
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS.
PPC - Projeto Pedagógico de Curso.
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação.
PPI – Projeto Político Pedagógico Institucional da UFFS.
SC – Estado de Santa Catarina.
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária.
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul.
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária.
UNISOL BRASIL - Central dos Empreendimentos Solidários do Brasil.
UNOESC – Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina.
URSS – União Russa Socialista Soviética.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A UFFS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	19
2.1 HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA UFFS..	19
2.2 A UFFS E SUA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	22
3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR POPULAR: ENCONTROS E DIÁLOGOS.....	25
3.1 CONHECENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA: HISTÓRIA, CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEPÇÕES.....	25
3.1.1 O surgimento da Economia Solidária.....	26
3.1.2 História da Economia Solidária no Brasil e região oeste: raízes e lutas populares.....	28
3.1.3 Diferentes concepções de Economia Solidária.....	31
3.1.4 Economia Solidária enquanto movimento social.....	33
3.2 ENCONTROS E DIÁLOGOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM A EDUCAÇÃO SUPERIOR POPULAR.....	34
3.2.1. Relações entre trabalho e educação.....	35
3.2.2 Do trabalho alienado ao trabalho associativo.....	36
3.2.3 Trabalho organizado segundo a técnica da heterogestão.....	37
3.2.4 Do fordismo ao toyotismo.....	38
3.2.5 O trabalho alienado e alienante.....	39
3.2.6 O caminho para o trabalho associativo autogestionário.....	42
3.3.7 Da educação para o trabalho à educação no e pelo trabalho pela perspectiva materialista histórico-dialética e a solidariedade.....	45
4. PESQUISA DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE AGRONOMIA E DE ADMINISTRAÇÃO.....	52
4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....	52
4.2 APRESENTANDO OS DOCUMENTOS ANALISADOS	54
4.2.1 Documento base da COEPE.....	54
4.2.2 PPI e PDI.....	54
4.2.3 Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs).....	55
4.2.4 Recomendação nº08, de 04 de julho de 2012: Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária.....	55

5. ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS: APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E TENSIONAMENTOS ENTRE A UFFS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	59
5.1 CATEGORIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PRESENTES NO PDI DA UFFS E NOS PPCS DOS CURSOS DE AGRONOMIA E ADMINISTRAÇÃO.....	59
5.2 ANÁLISE QUALITATIVA: CATEGORIAS.....	73
5.2.1 Categoria de análise: Solidariedade.....	73
5.2.2 Categoria de análise: Empoderamento.....	74
5.2.2.1 Referências a Empoderamento no PDI da UFFS e PPCs dos Cursos de Agronomia e de Administração...	74
5.2.3 Categoria de análise: Autogestão no PDI da UFFS e PPCs dos Cursos de Agronomia e Administração.....	76
5.2.4 Categoria de análise: Cooperativismo presente nos documentos da UFFS.....	78
5.2.5 Categoria de análise: Agroecologia presente nos documentos analisados.....	79
5.2.6 Categoria de análise: Economia Solidária presente nos documentos da UFFS.....	81
5.3 ANÁLISE QUALITATIVA: APROXIMAÇÕES	83
5.3.1 Educação como direito de todo/a cidadão/ã e não como mercadoria.....	83
5.3.2 A concepção de educação.....	83
5.3.3 Democracia e Autonomia.....	84
5.3.4 Diminuir as desigualdades sociais.....	84
5.3.5 Uma nova/antiga técnica de produção de alimentos.....	85
5.3.6 A convivência teoria/prática/teoria.....	86
5.3.7 Cooperativismo.....	87
5.3.8 Balanço das aproximações.....	88
5.4 ANÁLISE QUALITATIVA: DISTANCIAMENTOS	89
5.5 TENSIONAMENTOS.....	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
6.1 POR UMA PEDAGOGIA DA AUTODETERMINAÇÃO: TRILHANDO CAMINHOS DA SOLIDARIEDADE.....	93
6.1.1 A autogestão como processo educativo e cultural....	94
7. REFERÊNCIAS.....	99

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as aproximações e distanciamentos dos conteúdos dos PPC (Projetos Pedagógicos de Cursos) dos bacharelados em Agronomia com ênfase em Agroecologia e Administração com ênfase na cooperação da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) campus de Chapecó/SC, em relação aos princípios políticos pedagógicos desta universidade, especialmente àqueles relativos aos compromissos com o desenvolvimento territorial sustentável através de processos formativos focados no desenvolvimento de outra economia, com novo paradigma para produzir, consumir e viver.

Tendo em vista a força da Região Oeste de Santa Catarina no desenvolvimento de processos de Economia Solidária e sendo a própria UFFS, uma universidade oriunda da luta de movimentos sociais comprometidos com essa lógica de Economia, nosso interesse é analisar as aproximações e distanciamentos dos PPCs do cursos citados, observando nesses contextos formativos, as presenças e/ou ausências de elementos da Economia Solidária, refletindo criticamente esse conteúdo em relação tanto à presença da UFFS nesta região, quanto de estratégias de fortalecimento da lógica da Economia Solidária como instrumento de superação da matriz produtiva hegemônica. O objeto explicitado acima tem como enfoque metodológico a análise de conteúdo através de pesquisa documental.

Em termos teóricos, esta pesquisa se fundamenta em um tripé temático, abordando as inter-relações entre Trabalho, Economia e Educação. Partindo do princípio de que a Economia Solidária representa uma possibilidade de construção de instrumentos e tecnologias sociais que recuperam o trabalho autodeterminado. Além disso, a Economia Solidária representa a síntese da luta dos movimentos sociais e iniciativas que visam a superação do modelo capitalista de produção de bens e serviços. A consolidação deste projeto passa necessariamente pela estruturação de processos educacionais, que se tornem processos civilizatórios, especialmente na Educação Superior, que promovam um ciclo de elevados compromissos com a ética, a liberdade e a solidariedade.

Esta pesquisa é fruto de uma militância na qual a Economia Solidária e a Educação sempre nortearam nossa luta para uma sociedade mais igualitária, iniciando com as questões pessoais e em seguida no aspecto acadêmico.

Minha infância foi marcada por uma intensa convivência na pequena cidade de Itá – SC, onde aprendi a me relacionar profundamente com as águas do rio Uruguai. Após frequentar por oito anos a Escola Básica General Liberato Bittencourt, dei continuidade a trajetória educacional quando em 1981 fui selecionado para cursar o Ensino Médio na Escola Agrotécnica Federal de Concórdia/SC. Enquanto estudante, questionava sutilmente a ditadura militar, já que no colégio se seguiam rígidas normas militares. Também é importante salientar que foi neste momento que aprendi a admirar as possibilidades do Cooperativismo nas aulas de Geografia quando estudamos os *soviets* da antiga URSS e os *kibutz* de Israel.

Vindo de família pobre, tinha vontade de dar continuidade imediata aos estudos acessando a educação superior, porém a necessidade de renda era prioritária. Após análise de propostas de trabalho, realizei teste de seleção e passei a trabalhar na COOPERALFA¹ num Posto da Cooperativa na localidade de Tarumãzinho no interior do município de Coronel Freitas SC, no trabalho de assistência técnica aos associados. Minha atuação durou dois anos, e a saída foi motivada, especialmente porque a prática da COOPERALFA na relação com os cooperados não combinava com o que eu imaginava de cooperativismo. Por um ano, como jovem sem terra, me tornei arrendatário, uma experiência de muito trabalho e apenas sobrevivência. Foi nessas idas e vindas entre Itá e a vila de Tarumãzinho, num tempo de trabalho duro que meu amor pela pedagoga Rosmari amadureceu, levando-nos a um casamento às pressas e, logo em seguida, ao nascimento da nossa filha Camila Sissa.

Em 1985 realizei novo concurso e ingressei na ACARESC², atual EPAGRI³. Em tempos de luta pelas “Diretas Já!”, surgimento de Movimentos Sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e lutas sindicais. Envolvi-me intensamente e tornei-me grande questionador da política governamental ligada aos interesses da agroindústria, “Revolução Verde”. Em pouco tempo a pedido dos políticos da cidade de Coronel Freitas/SC, baseados em uma sindicância fraudulenta veio a exigência da minha transferência para o litoral catarinense. Resisti, não aceitei, levando ao rompimento profissional com a empresa.

¹ Cooperativa Agroindustrial Alfa.

² Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa.

³ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

A partir deste meu questionamento e contato direto com a juventude rural, consolidou-se uma base popular sólida, que tornou possível a eleição para Vereador pelo Partido dos Trabalhadores em 1988, figurando entre os 36 primeiros vereadores petistas do estado de Santa Catarina. Foi exatamente neste momento, nove dias antes do pleito de 15 de novembro que nascia nosso segundo filho Izaquiel. Em 1990, como vereador e presidente da Câmara de vereadores da cidade de Coronel Freitas/SC, participava em Brasília do segundo congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sorrateiramente e criminosamente minhas atividades parlamentares foram interrompidas, quando algumas pessoas ligadas à Câmara de Vereadores e ao executivo municipal forjaram um documento falso de renúncia. Assim foi interrompida, com a conivência da justiça, minha experiência parlamentar. Somente consegui comprovar o crime algum tempo após o término do mandato. Foi nesse tempo de muita turbulência que nascia nosso terceiro filho, Samuel.

Em meados 1993, motivado por uma grave doença (leucemia) de meu filho caçula tivemos que nos transferir para a cidade de Chapecó, onde atuei até 1995 como vendedor de porta em porta na venda de purificadores de água e mosquiteiros. Participei ativamente do processo eleitoral de 1996 que deu vitória ao Governo Popular e a partir de 1997, exerci o cargo de Diretor de Serviços Urbanos na Prefeitura Municipal de Chapecó.

Embora os relatos anteriores não tratem de minha trajetória acadêmica, considere importante demonstrar estes fatos porque neste processo atuei como “educador popular” e sempre estive atento as questões sociais e educacionais.

No ano de 1998 após seis anos de luta e solidariedade, sofremos a dura perda do nosso filho Samuel com apenas sete anos de idade, e assim ele permanece em nossa memória uma eterna criança. Em seguida a este fato, com 35 anos precisando de novos desafios, vi na universidade uma possibilidade de poder contribuir melhor com a luta do povo, quando ingressei na então UNOESC no curso de licenciatura em Filosofia com habilitação em Sociologia. Conclui a graduação em 2002, mesmo ano em que iniciei minha atuação no magistério público estadual como professor ACT⁴ de Filosofia.

⁴ Admitido em caráter temporário.

Sempre estive ligado aos movimentos sociais, o que me credenciou para ingressar no curso “A Realidade Brasileira a partir dos Pensadores Brasileiros” oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora em conjunto com a Escola de Formação Florestan Fernandes do MST, no ano de 2000. Esse curso tinha caráter de Pós Graduação, mas admitia militantes independentemente de suas formações. Teve duração de dois anos divididos em quatro etapas presenciais e estudos à distância. Foi uma experiência importante em minha trajetória acadêmica, um período que me possibilitou conhecer o Brasil por meio de outros lutadores do povo, participantes vindos de todos os estados brasileiros e de aprofundamento teórico a partir de pensadores das várias áreas de conhecimento. Também no ano de 2000 passei a integrar a equipe da Comunidade do Futuro na administração municipal que visava geração de trabalho e renda para as famílias de baixa renda.

Em 2004 realizei o concurso público para professor na rede Estadual de Ensino, vindo a atuar como professor efetivo na Escola de Educação Básica Nelson Horostecki, onde sou efetivo deste 2007 e atuo até o momento. Paralelamente a minha atuação profissional enquanto professor, sempre participei das experiências de Economia Solidária. Em 2005, fundamos a COOPER CASA NOVA (Cooperativa de Construção Civil e Habitação Casa Nova), numa iniciativa de 27 pedreiros e carpinteiros na qual sou sócio fundador e atuo na área comercial desde a sua fundação. Representamos uma experiência nova de gestão cooperativa na Economia Solidária. Minha participação neste empreendimento visa uma articulação em redes. Por conta disso, faço parte do Fórum Regional de Economia Solidária e sou representante do Estado de Santa Catarina na UNISOL Brasil (Central dos Empreendimentos Solidários do Brasil). Em maio de 2016 fundamos a UNISOL do Estado de Santa Catarina, da qual sou Coordenador Presidente.

Nesta jornada de lutas populares, por acreditar na importância da organização coletiva e popular, em 2004 também participei diretamente da construção e fundação da Associação Puxirão dos Caboclos e Caboclas de Chapecó que têm como objetivo o resgate histórico e cultural destes homens e mulheres que se constituem como os verdadeiros descobridores e pioneiros do Oeste Catarinense.

Em 2003 passei a atuar no departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal. Neste período tive a oportunidade de realizar a Pós Graduação em

Gestão Ambiental na UNOCHAPECÓ. O desenvolvimento do trabalho final do curso possibilitou aprofundar mais conhecimentos nas questões ambientais e resultou na monografia “A cura da alienação ambiental provocada pelo dilúvio liberal imperialista”, que serviu de base para meu projeto de pesquisa para participar do processo seletivo do mestrado em Educação da UFFS, onde hoje apresento os resultados de mais uma parte de minha caminhada e cujo significado me é grandioso dado que fiz parte das discussões de implantação da Universidade Federal em nossa região ainda quando era apenas um sonho. Sempre acreditei que um dia teríamos uma Universidade Pública Popular voltada para as necessidades do povo em nossa região, e mais do que isso, quero fazer parte dela. Motivado pela conquista da UFFS, em 2011 realizei o ENEM, me inscrevi no processo seletivo e fui admitido no curso de Administração noturno, que cursei por três semestres. O curso me atraiu por ser voltado ao Cooperativismo, contudo com a implementação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS me concentrei na preparação para o processo de seleção, cujo ingresso foi realizado com sucesso na segunda tentativa.

Atualmente, como professor, sindicalista e militante da Economia Solidária, sinto a necessidade de aperfeiçoar e aprofundar meus conhecimentos para continuar as lutas e conquistas da classe trabalhadora na busca de um mundo melhor. Nesse sentido a nossa pesquisa está alicerçada no aspecto teórico, pelo estudo realizado durante os últimos anos, que envolvem o tema da Economia Solidária e Educação, pelo aspecto prático, que no dia a dia do trabalho em nosso empreendimento solidário que há doze anos num processo de autogestão proporciona qualidade de vida para as famílias associadas e pela militância, social e política, com envolvimento direto no fortalecimento e organização das nossas entidades. Essas são as razões de ser, o lugar onde esta pesquisa encontra relevância social e acadêmica, no sentido de contribuir para pensar a construção de uma universidade popular comprometida com os interesses da classe trabalhadora. A nossa universidade tem o compromisso de refletir as experiências históricas para pensar em uma nova concepção de intervenções no território da meso fronteira sul. A reflexão proposta, ao analisar os distanciamentos e aproximações entre os desejos populares, diretrizes governamentais e os PPCs dos cursos, poderão demonstrar as forças e fraquezas existentes nestes documentos.

No segundo capítulo “UFFS e Economia Solidária”: contextualizando o tema da pesquisa apresentamos uma abordagem preliminar de um tema, procurando delimitar e localizar o leitor do trabalho a partir de uma trajetória histórica da UFFS, dos cursos que estão sendo analisados, e os documentos que orientam e definem as estratégias e políticas que estabelecem as características da universidade. Daremos destaque ao seu papel central no desenvolvimento regional.

O terceiro capítulo “Economia Solidária e Educação Popular: encontros e diálogos”, descreve o conceito de Economia Solidária, seu percurso, organização e seu projeto para a autodeterminação dos trabalhadores. Partindo da história e concentrando atenção na esteira de pensadores da Economia Solidária, demonstramos várias concepções da Economia Solidária presentes na atualidade. Também faremos um esforço no sentido de explicar a Economia Solidária como um movimento social abrangente que tem organização própria e representações políticas para dialogar com as ações governamentais e a sociedade. Apresentaremos a Economia Solidária institucionalizada a partir de 2003 no governo federal pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que vem sendo decisiva na orientação de políticas públicas que buscam subsídios nas Conferências de Economia Solidária organizadas tri-anualmente que resultaram no Plano Nacional de Economia Solidária.

Ao analisar a interface entre a Economia Solidária e a Educação: princípios educativos da Economia Solidária apresentaremos as contribuições da Economia Solidária com a Educação Popular para a humanização do trabalho e autonomia dos sujeitos. Neste sentido, descreveremos com apoio teórico de autores tanto da Pedagogia como da Economia Solidária, buscando os pontos de convergência entre estes dois campos sociais, reafirmando o compromisso de que os processos organizativos e ações educacionais se tornem de fato processos civilizatórios.

O quarto capítulo “Análise de Conteúdo dos Projetos Pedagógicos de Curso”, concentra os resultados das análises dos documentos selecionados para a pesquisa, apresentando as categorizações analíticas, interpretações e conclusões sobre as aproximações e distanciamentos entre a UFFS e a Economia Solidária, bem como dos cursos de graduação analisados.

A ideia da nossa pesquisa foi aprofundar as ações da nossa universidade, no sentido de buscar, com responsabilidade e criatividade, novos rumos que tragam

consistência para uma cultura que tenha presente a utopia e a esperança, que servem de combustíveis para continuar a nossa caminhada acadêmica sempre ligada aos interesses populares.

2. A UFFS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em 2009, a região de fronteiras entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Argentina recebia a primeira Universidade Pública Federal, fruto da movimentação dos movimentos sociais e de parlamentares que vinham reivindicando tal escola acadêmica há vários anos. A implantação da UFFS aconteceu através de um processo de construção coletiva de muitos atores, processo que vale à pena ressaltar neste trabalho como forma de caracterizar uma instituição que se propõe a colaborar com o desenvolvimento desta vasta região de fronteiras.

Como bem lembra Boaventura Souza Santos (2002) “os povos de fronteira são desafiados a inventar tudo”, assim estamos inventando a nossa universidade e reinventando o jeito de construí-la na perspectiva de uma instituição de educação superior voltada para a educação popular, e desenvolvimento humano para evitar a rota da UFFS no caminho de encontro com o fracasso, comum para a maioria das universidades, cuja excelência é medida equivocadamente por publicações frenéticas que pouco contribuem na prática para a vida cotidiana das populações que vivem em sua região.

A Economia Solidária debate a sustentabilidade do desenvolvimento regional a partir do local, procurando um equilíbrio entre a justiça social, a cidadania política, a prudência ecológica e a eficiência econômica, sintetizados num projeto participativo e num processo dialético de avaliação permanente que permita a melhoria da prática.

2.1 HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA UFFS

A Universidade Federal da Fronteira Sul despontou como uma esperança de fortalecer as lutas dos movimentos sociais e os projetos emancipatórios. A história de surgimento da UFFS simboliza a capacidade de mobilização de diferentes atores sociais, conforme aponta documento base da I COEPE⁵:

⁵ Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizada em 2010, como iniciativa das três Pró-Reitorias acadêmicas – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – e dos cinco campi da UFFS (Chapecó, Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza), com objetivo de “mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS, nos seus diferentes campi e áreas de conhecimento, para a definição das políticas norteadoras do

O lugar (geográfico, político e social) de nascimento da UFFS está longe de ser algo irrelevante. Além de inseri-la na história do Ensino Superior brasileiro como a primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais, tal fator atua decisivamente sobre a construção de sua identidade e para a definição de sua missão, objetivos, diretrizes e políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2010, p. 9).

São importantes os avanços que a UFFS tem apresentado nos aspectos políticos, sociais e pedagógicos. A partir da criação da universidade em 2010, as deliberações da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) se voltaram para a definição dos cursos de graduação. Estes foram orientados para a transformação da realidade regional, buscando a superação da matriz produtiva dominante e geradora de um sistema socioeconômico de exclusão, contribuindo na implementação de um projeto de desenvolvimento territorial articulado com outras forças governamentais e com os movimentos sociais.

A UFFS está relacionada com o território em sua história e identidade, pois seu nome se remete à geografia que ela abrange. É importante salientar que a compreensão de território vai além de uma análise do espaço, como explica o geógrafo Milton Santos (2002):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, das resistências, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2002, p. 96).

Neste sentido, os estudos e pesquisas desenvolvidos devem lembrar que as riquezas e potencialidades de um território fiquem a serviço de toda população. Ainda, no sentido dessa conexão da UFFS com o território e sua importância na região, se priorizou, nos procedimentos de acesso à universidade, garantir o direito dos estudantes oriundos de escola pública continuarem sua educação em uma instituição com ensino gratuito, fato que orientou o planejamento institucional: “[...] Seus programas, seus cursos, suas atividades acadêmicas foram pensados e

Ensino, Pesquisa e Extensão” e “Aprofundar a interlocução com a comunidade regional, visando eleger as agendas prioritárias da UFFS nos campos da Pesquisa e da Extensão, e as suas articulações com o Ensino” (UFFS, 2010, p. 3-4).

planejados tendo como destinatários alunos de escola pública, algo, de certa forma, inédito para estes atores sociais” (DAMBROS; PETRY, 2014, p. 5).

Os cursos de Agronomia com ênfase em agroecologia e Administração com ênfase em Cooperativismo, selecionados para análise nesta pesquisa, são parte importante deste projeto de universidade popular, que ultrapassa os limites de Estado, e está baseado principalmente nas características sociais, culturais e econômicas com a forte presença da agricultura familiar e camponesa. Buscou-se, a partir dessa realidade, estruturar uma instituição pública de educação superior como referência para promover um novo jeito de se produzir e consumir alimentos, e de se relacionar com a terra e sociedade. Estes e outros princípios foram forjados no processo coletivo de construção da UFFS:

[...] o Movimento Pró-Universidade apostou na construção de uma instituição de ensino superior distinta das experiências existentes na região. Por um lado, o caráter público e gratuito a diferenciaria das demais instituições da região, privadas ou comunitárias, sustentadas na cobrança de mensalidades. Por outro lado, essa proposta entendia que, para fazer frente aos desafios encontrados, era preciso mais do que uma universidade pública, era necessária a construção de uma universidade pública e popular. (UFFS/RELATÓRIO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE, 2008 apud DAMBROS, 2015, p. 60).

Reafirmando o compromisso de que é preciso superar o modelo e processo de modernização do campo, hoje voltado para interesses da classe dominante, cuja implantação tem provocado concentração de renda e riqueza, e em consequência, uma violenta exclusão através do empobrecimento social de grande parte de nossa população que há anos tem encontrado na migração a única possibilidade de alguma melhoria de vida. Neste sentido, durante o processo de mobilização para a criação da UFFS, ficou claro entre as lideranças dos movimentos sociais a percepção de que é necessário mais que uma universidade pública, ela precisa ser pública e popular, para pensar e estruturar um projeto sustentável e solidário de Educação Superior.

Assim, durante os debates do movimento pró-universidade se definiram as características fundamentais da UFFS:

O Movimento Pró-Universidade propõe uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento. (UFFS, 2008, p. 9).

A forma encontrada de aproximar os interesses da comunidade com a universidade foi a I COEPE, o qual, em seu primeiro evento, teve como tema: “Construindo agendas e definindo rumos”, com o objetivo de aprofundar a interlocução institucional com o movimento social e lideranças da região. Foram realizados onze fóruns temáticos assim distribuídos: (1) Conhecimento, cultura e formação Humana; (2) História e memória regional; (3) Movimentos Sociais, cidadania e emancipação; (4) Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento regional; (5) Energias renováveis, meio ambiente e sustentabilidade; (6) Desenvolvimento regional, tecnologia e inovação; (7) Gestão das cidades, sustentabilidade e qualidade de vida; (8) Políticas e práticas de promoção da saúde coletiva; (9) Educação básica e formação de professores; (10) Juventude, cultura e trabalho; (11) Linguagem e comunicação: interfaces. (UFFS/FILOSOFIA, 2010, p. 18).

Tais temas contribuem para se distanciar do projeto pedagógico neoliberal e assumir um caráter de universidade pública e popular que precisa ultrapassar os limites da crítica ao projeto de globalização e propor inovações pedagógicas para a Educação Superior.

2.2 A UFFS E SUA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Ao analisar a configuração do currículo da UFFS, Dambros e Petry (2014) ressaltam o caráter popular que marca a história e desenvolvimento curricular da instituição e indicam as seguintes características da IES:

(...) o acesso à UFFS deve contemplar o público egresso da escola pública; o currículo deve contemplar a realidade e o desenvolvimento regional; os percursos formativos devem levar em consideração o público a que a universidade se destina; apesar de seu caráter popular, a universidade não deve abrir mão da excelência acadêmica. (DAMBROS; PETRY, 2014, p. 3).

Nos cursos de graduação, o lugar de reflexão e expressão das concepções que se tem sobre educação, sobre a universidade e sua função social, sobre as possíveis articulações entre ensino, pesquisa e extensão estão contidos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Portanto, a análise destes documentos pode indicar aproximações e distanciamentos entre a perspectiva sinalizada pelo caráter popular da UFFS e sua efetiva realização pelos cursos.

Os PPCs, tomando por base os padrões de qualidade na formação do profissional cidadão no âmbito da graduação, pressupõem rupturas com o presente e promessas para o futuro, constituindo-se em ação intencional de pessoas, instituições e grupos, com sentido explícito, com compromisso definido coletivamente. Por isso, todo PPC é, também, projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária, não podendo estar alijado do contexto social, uma vez que ele é histórico e socialmente determinado. (LOPES NETO et al, 2008, p. 48).

No caso aqui analisado, os PPCs dos Cursos de Agronomia com ênfase em Agroecologia e Administração com ênfase em cooperativismo, a universidade também adota um currículo organizado em torno do compartilhamento de domínios formativos. Essas diretrizes impactam os PPC de forma a contemplar cada um dos domínios que se caracterizam da seguinte maneira:

O primeiro – **domínio comum** (inicialmente chamado de tronco comum) - tem como princípio orientador a formação básica e cidadã e se destinava a um perfil de aluno que pode ser entendido como popular. Já o **domínio conexo** expressa um conjunto de saberes que transitam entre áreas ou cursos afins. O **domínio específico** compreende um conjunto de saberes vinculados à constituição dos perfis profissionais (DAMBROS; PETRY, 2014, p. 9).

Neste estudo o olhar se volta especialmente para os PPCs dos cursos mencionados, mas também levando em conta o processo de constituição da universidade, sua política e contexto curricular, que, apesar de ter passado por transformações, como apontam Dambros e Petry (2014) que identificaram em sua pesquisa a redução dos componentes de domínio comum (direcionado para a formação básica e cidadã), a UFFS representa muitos avanços como “espaço de construção de novos protagonismos históricos sociais emancipatórios” (DAMBROS e PETRY, 2014, p. 11). Os mesmos autores apontam problemáticas e tensionamentos que ainda distanciam a UFFS de sua caracterização fundadora, a de ser uma universidade popular.

Assim, a relevância desta pesquisa está em contribuir para uma análise crítica que possibilite outras leituras acerca de aproximações e distanciamentos das propostas dos PPCs dos cursos em análise em relação aos compromissos da universidade e em relação aos princípios fundantes da Economia Solidária. Os principais documentos analisados, além dos PPCs dos cursos citados, o documento

base da I COEPE⁶ que define as políticas norteadoras e agendas prioritárias de ensino, pesquisa e extensão da UFFS, o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS) e o PPI (Projeto Político Pedagógico Institucional da UFFS). Além dos documentos analisados, usamos como referência complementar a recomendação “Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária”, que servirá como parâmetro entre as intenções governamentais e a instituição.

O processo de pesquisa questiona de forma mais ampla como a Economia Solidária (cooperativismo, associativismo e outras formas de cooperação) podem se constituir como um caminho para a Universidade Federal da Fronteira Sul fortalecer seus objetivos em torno de suas características de universidade pública e popular. Também refletir sobre os limites da educação crítica (ao modelo e ao sistema), e quais suas possibilidades da UFFS articular trabalho, educação e cultura na perspectiva da Economia Solidária como projeto do caráter popular da UFFS. Mais especificamente, orienta nosso olhar na busca de como a Economia Solidária está configurada nos PPCs de bacharelado em Agronomia com ênfase em agroecologia e Administração com ênfase na cooperação da UFFS, investigando as aproximações e distanciamentos dos seus conteúdos com a Economia Solidária.

⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Construindo agendas e definindo rumos. Documento base. Chapecó, 2010.

³ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária**. Recomendação nº 8, de 04 de julho de 2012.

3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR POPULAR: ENCONTROS E DIÁLOGOS

Como a UFFS teve seu processo de implantação protagonizado pelos Movimentos Sociais e se propôs a ser uma entidade educacional aberta para as camadas populares provenientes das escolas públicas, o Movimento de Economia Solidária, também presente nos meios populares, acendeu nesta a expectativa de ter uma parceira na promoção sócio-econômico-cultural dos setores populares da região.

3.1 CONHECENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA: HISTÓRIA, CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEPÇÕES

A Economia Solidária não tem exatamente um conceito único, pois, ao analisar diferentes publicações, verificamos que também é conhecida como: Economia social, Economia da solidariedade, Economia popular Solidária, Sócio-Economia Solidária, Economia de comunhão. Todas essas nomenclaturas apontam para práticas de produção, comercialização, finanças, consumo, que são alternativos à Economia capitalista, tendo como método de administração dos empreendimentos a autogestão, conduzida com a participação direta dos associados do grupo.

Ao olhar mais atentamente para o significado das duas palavras: *Economia* e *Solidária*, podemos verificar que combinam em seus sentidos. *Economia* tem origem no grego “oikonomos”, onde *oikos* significa casa e *nomos* tem significado de lei, regra, costume. Etimologicamente, podemos entender como: regras usadas para administrar e gestar a casa. A palavra *Solidária*, tem sentido, em que há interesse comum, se dispõe a auxiliar e apoiar alguém, e compartilha sentimentos, opiniões e interesses. Tem origem no francês *solidarieté* que significa “responsabilidade mútua”, palavra cunhada em 1765 a partir de *solidaire* “inteiro, completo, interdependente” de *solide*. Do latim vem da palavra *solidus* que significa firme, inteiro, sólido⁷.

⁷ Os significados etimológicos foram obtidos no site “Origem da Palavra”. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br>>.

Assim, combinando o significado destas duas palavras, chega-se a seguinte definição de *Economia Solidária*: regras para a autogestão de um território, lugar, empreendimento, com responsabilidade mútua e interesse comum, tendo a solidariedade como princípio ético e político.

Para além da beleza conceitual do termo, o que temos na prática é uma crise mundial do capitalismo que não dá conta de satisfazer as necessidades de forma democratizada, desafiando assim, a academia e os movimentos sociais, a agirem conjuntamente com inovação. Nesse aspecto, a experiência brasileira é reconhecida internacionalmente pela sua diversidade, necessitando de forma urgente serem estudadas adequadamente pelas universidades, conforme aponta Leite (2009): “Essa difusão das experiências cria, ademais, um conjunto de movimentos de economia solidária em nível nacional e internacional, colocando para os estudiosos novos problemas que não haviam sido pensados anteriormente” (p. 32).

3.1.1. O surgimento da Economia Solidária

O Planeta Terra, a “Pacha Mama” ou gaia enfrenta profundas crises: degradação ambiental com consequências climáticas, crise alimentar (fome e desnutrição), crise energética e a permanente crise econômica marcam a história nesta virada de século. Os dados da situação econômica mundial denunciam a fatalidade social vinda de ações que privilegiam o capital, como escreve Frei Betto (2015):

A partir de 2016, 1% da população mundial, que soma, hoje, 7 bilhões e 200 milhões de pessoas, terá uma fortuna superior à renda de 99% da mesma população. A riqueza mundial atingiu, em 2013, US\$ 241 trilhões. Isso significa que 72 milhões de pessoas terão, em mãos, 46% dessa fortuna, avaliada em US\$ 110 trilhões. E a grande maioria da população mundial, 7 bilhões e 128 milhões de terráqueos, terá que sobreviver com os US\$ 131 trilhões restantes. (BETTO, 2015, s/p).

Ainda de acordo com a reflexão de Frei Betto, com a qual corroboramos, o grande problema da humanidade está na maneira como o capital está distribuído. Para o autor, a injustiça se materializa na desigualdade da distribuição das riquezas produzidas, pois,

[...] se toda a riqueza da humanidade fosse dividida igualmente entre as 7,2 bilhões de pessoas, cada um de nós teria um patrimônio de US\$ 33,472 (ou quase R\$ 80 mil). [...] No Brasil, a renda familiar triplicou entre 2000 e 2014.

Graças ao governo do PT, passou de US\$ 7.900 para US\$ 23.400 ao ano. Apesar disso, a desigualdade cresceu. No topo de 1% mais ricos do mundo, há 296 mil brasileiros (BETTO, 2015, s/p).

A crise visível se revela pela miséria que acomete uma parte considerável da população mundial. Na sequência do mesmo texto, Frei Betto assinala que,

A miséria é humilhante. Causa revolta, estimula a criminalidade, provoca migrações, favorece o trabalho escravo, desagrega famílias, e leva algumas pessoas a optarem pela violência para conseguir o que não pode ser obtido com o trabalho, pois as condições de disputar bons cargos no mercado são absurdamente desiguais. (BETTO, 2015, s/p)

Os dados revelam que as crises não estão localizadas apenas em nações específicas, elas são um fenômeno mundial. Tais crises seriam um acaso? Ou tem íntima ligação com o modelo de desenvolvimento proposto e baseado na maximização dos lucros?

A crise que vivemos é para além dos níveis econômico, social e ambiental; é uma crise civilizatória (LEFF, 2001) e se manifesta na negação do outro nos aspectos étnicos, religiosos, culturais e ideológicos. Tornamo-nos uma sociedade de consumo, regida por grandes corporações internacionais, em um contexto de modernidade globalizada que vem transformando os projetos de nação em projetos neoliberais. A terceira guerra mundial está em curso e se manifesta nos inúmeros conflitos espalhados pelo mundo e se tornou mais um negócio neoliberal das empresas bélicas que contratam mercenários para matar, para destruir e reconstruir capital.

Estas crises poderiam se tornar energia para a transformação? As crises podem trazer mudanças de comportamento? Vislumbramos que é possível, pois na contramão destes processos de crise existe uma mobilização mundial que, a partir da solidariedade, da democracia, da autogestão, da organização política, social e econômica vem construindo alternativas para os problemas globalizados, como é o caso da Economia Solidária, que se coloca contra a degeneração da humanidade, provocado pela concentração do capital.

Singer (2002) é um dos principais nomes dentro da Economia Solidária. Segundo este autor, o elemento histórico verdadeiro desta versão é que as lutas anticapitalistas dos trabalhadores tiveram início há quase 200 anos, isto é, nas primeiras décadas do século XIX. Mas não é verdade que a formação das

cooperativas tenha sido a forma de luta única ou predominante, ou que a formação de cooperativas de produção tenha constituído o eixo central do combate do proletariado contra o capitalismo a partir desta época até os dias de hoje. Desde a I revolução industrial, o proletariado vem lutando pela conquista de direitos, de melhores salários e condições de trabalho.

A partir da crise mundial iniciada nos anos 70 e do neoliberalismo assumido como solução para a mesma, produziram-se mais desemprego e pobreza, assim como a “derrota” dos projetos socialistas a partir da desagregação da União Soviética, iniciou-se o desenvolvimento de novas alternativas ao Capitalismo, dentre elas a Economia Solidária.

3.1.2. História da Economia Solidária no Brasil e Região Oeste: raízes e lutas populares

No Brasil, os sujeitos da Economia Solidária, em sua maioria, vêm dos setores marginalizados da sociedade que representam a continuidade da exclusão social que tem como paradigma dois momentos históricos relevantes: a abolição da escravidão que lançou ex-escravos na marginalidade, rejeitando propostas de anti-escravagistas, como Joaquim Nabuco que indicavam a realização de uma reforma agrária para dar oportunidade de trabalho, produção e consumo aos negros que, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), saíram das senzalas para formar as favelas. O segundo momento foi a partir de 1930, quando o Brasil passou por uma intensa industrialização e se priorizou importar mão-de-obra europeia ao invés de preparar e ocupar a que tínhamos por aqui.

No contexto brasileiro, a Economia Solidária se caracteriza como um movimento de resistência, que pode ser interpretado como uma síntese de lutas de muitos movimentos anteriores que resistiram à marginalização imposta pelo sistema dominante e construíram alternativas para sua sobrevivência. Podemos vislumbrar como exemplo significativo, a organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), o qual organiza os indivíduos vítimas da exclusão na luta coletiva pela terra, e que, após assentados priorizam ações de trabalho em cooperação para produzir e gerar trabalho e renda.

As iniciativas de Economia Solidária geram mais que trabalho e renda, geram qualidade de vida. O Brasil se destaca mundialmente com uma grande e diversificada rede de Economia Solidária. São dezenas de milhares de cooperativas da agricultura familiar, coletas e reciclagem de matérias recicláveis, iniciativas agroecológicas, bancos comunitários, fundos rotativos, feiras e centrais de comércio justo e solidário, sistemas de certificação de produtos orgânicos, empresas recuperadas por trabalhadores/as, mulheres desenvolvendo uma Economia feminista que tem qualificado a Economia Solidária, de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, ex-detentos, pessoas com problemas de saúde mental, grupos de consumo responsável, empreendimentos coletivos de artesanato, confecções, alimentação, turismo, cultura, metalurgia, construção civil, habitação, educação e outros campos da atividade humana. (GAIGER, 2014, p. 14).

Conforme mapeamento realizado pela SENAES durante a primeira década dos anos 2000, são mais de três milhões de pessoas que vivem da Economia Solidária, revelando que outra Economia “já acontece”. São centenas de iniciativas e apoio e fomento ao desenvolvimento da Economia Solidária: educação e assessoramento técnico, incubação, finanças Solidárias, redes e cadeias produtivas, incentivo à produção, comercialização justa e solidária, e consumo responsável articulados no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.

A semente da Economia Solidária no Oeste Catarinense surge a partir dos movimentos sociais, sindical, políticas públicas e de projetos alternativos ligados a Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir do debate sobre emancipação política dos trabalhadores que precisam mostrar a existência de outras formas de produzir, comercializar e consumir para além das formas capitalistas. No campo, os pequenos agricultores, motivados por programas governamentais⁸, fizeram surgir condomínios de produção de leitões que, posteriormente, são distribuídos entre os sócios para a terminação. Outra forma foi a aquisição coletiva de máquinas agrícolas, como tratores e equipamentos, bem como a construção de silos para secagem e armazenamento de grãos com a finalidade de aguardar o melhor momento de comercialização. Foi a partir do movimento sindical rural, liderados pela

⁸ Programa troca-troca: programa de incentivos do Governo Estadual de Santa, implantando em 1983, na qual os agricultores, organizados em grupos, recebem financiamento para adquirirem implementos agrícolas e tratores. O pagamento desse financiamento é feito com a produção do agricultor, no decorrer de quatro prestações.

União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), que a Economia Solidária ganhou muita força através de ações que tiveram apoio fundamental de diversas iniciativas, destacando-se a Associação de pequenos agricultores do Oeste Catarinense (APACO), principalmente com a instalação de pequenas agroindústrias familiares que agregam valor aos produtos para a venda direta ao consumidor em feiras, em programas de compra direta para a merenda escolar e outros programas de segurança alimentar. Destaca-se, neste sentido, no caso dos pequenos agricultores atualmente organizados na agricultura familiar, a marca “Sabor Colonial”, que acolhe centenas de pequenas agroindústrias.

Identificamos outra vertente de organização dos trabalhadores rurais a partir dos assentamentos produzidos pela reforma agrária, liderados pelo MST, tendo em sua experiência a organização de inúmeras cooperativas articuladas na Cooperativa Central da Reforma Agrária. Nesta experiência, se destaca a marca “Terra Viva” que tem como sua atividade principal a industrialização de leite e derivados.

Para buscar mais apoio financeiro às suas iniciativas, os agricultores familiares organizam cooperativas de crédito. São exemplos deste tipo de organização a CRESOL (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária) e a CREHNOR (Cooperativa de Crédito Rural) horizontes novos dos assentados da reforma agrária: ambas são dirigidas por trabalhadores em um processo de autogestão e tem contribuído para o fortalecimento da Economia Solidária no campo.

Outra ação cooperativa que surgiu no oeste catarinense e se propagou pelo Brasil, foi a organização da COOPERHAF (Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares), cujo trabalho é voltado para reforma e construção de moradias no campo, interrompendo um ciclo de abandono do financiamento habitacional rural, transformando radicalmente a realidade de moradia dos agricultores.

A Economia Solidária no campo, junto com ações políticas e sindicais, vem sendo o principal fator que mantém muitas famílias em condições de trabalhar na terra, renovando a esperança para a juventude continuar a produção de alimentos saudáveis e contribuindo para a segurança alimentar dos povos.

No contexto urbano, em comparação com a organização dos trabalhadores no campo, ainda há um déficit de iniciativas mais abrangentes. No entanto, aos

poucos tem surgido organizações que anunciam a possibilidade dos trabalhadores poderem se apropriar dos meios de produção e fazer a autogestão do seu trabalho. A origem dos trabalhadores urbanos, em sua grande maioria, é o campo. A tradição de puxirões, cooperativas, ajuda mútua, troca de dias, associações comunitárias e outras práticas solidárias vivenciadas por estes sujeitos no campo, podem trazer para os centros urbanos iniciativas para a autonomia e autodeterminação dos trabalhadores, através da organização de cooperativas, associações, trocas Solidárias e outras inovações.

Assim, no município de Chapecó e região, surgem iniciativas solidárias que se concentram na reciclagem de materiais e no artesanato. Com menos volume, mas com bons resultados econômicos e organizacionais, têm surgido iniciativas no crédito (sendo um exemplo a CREDI Chapecó), na organização de trabalhadoras em costura (COOPERSOL) e na construção civil e habitação (COOPER CASA NOVA).

Há também o movimento da Permacultura, que abriga as mais diversas formas de sobrevivência coletiva e alternativa ao sistema dominante. Ela desenvolve ações, quase sempre coletivas, realizadas em mutirões, que abrangem desde a construção de diferentes técnicas de tratar os resíduos de cada residência, condomínio ou prédio, passando pelo tratamento do esgoto, pela produção dos próprios alimentos, pela bioconstrução que faz uso de materiais locais e alternativos, pela elaboração e uso da geotinta, pelo desenvolvimento da fitoterapia e de outras formas alternativas de saúde.

É neste contexto territorial, político e social que a pesquisa se insere, e em nosso entender é campo fértil para fazer prosperar as ideias da Economia Solidária, especialmente se puder contar efetivamente com a assessoria e acompanhamento da Universidade Federal da Fronteira Sul.

3.1.3. Diferentes concepções de Economia Solidária

A Economia Solidária é um conceito em construção e está longe de se tornar uma unanimidade, tanto em termos de sua concepção para as transformações necessárias, quanto com relação ao método para superar o modelo de exploração capitalista. Ela provém de diversas raízes e vertentes, dando espaço para a

diversidade cultural que fortalece o movimento para enfrentar o poder dos donos dos meios de produção materiais e dos meios de produção ideológicos.

Ao analisar as teorias em Economia Solidária, Leite (2009) apresenta um panorama que circunscreve a temática e as questões pertinentes para pensá-la enquanto objeto de estudo. A escritora identifica um conjunto de autores nacionais e internacionais que interpretam a Economia Solidária como forma de transformação social, nas quais se “[...] sobressai a ideia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na ideia de autogestão e de controle operário sobre a produção” (SINGER, 2000 apud LEITE, 2009, p. 32).

Também no contexto nacional destacam-se os trabalhos de Gaiger (1999, 2004, 2014) que vem produzindo várias análises da Economia Solidária no Brasil, considerando-a como: “Um campo cujo espírito consiste, precisamente, em compreender, valorizar e promover outras formas de vida e de Economia, desprezadas ou simplesmente ignoradas pelos padrões dominantes, e por nossas visões costumeiras acerca da experiência humana” (GAIGER, 2014, p. 14).

Com um olhar mais voltado para a Educação Popular e a Economia Solidária destacam-se os trabalhos de Adams (2010, 2014), o qual faz parte da coordenação do CFES sul (Centro de Formação em Economia Solidária) que propõe um processo metodológico na construção e desenvolvimento das atividades de formação através de uma metodologia de autogestão em encontros de formação continuada com lideranças dos empreendimentos, do poder público e das entidades de apoio. Suas reflexões caminham no sentido de conectar a Economia Solidária com a educação:

[...] a Economia Solidária constitui-se de espaços prechos de elementos reais e potenciais, simbólicos e materiais valiosos, com potencial educativo emancipador, de alguma forma condicionados ao sistema do mercado dominante. (ADAMS; 2014, p. 585).

Lia Tiriba (2001, 2004, 2007) destaca-se por pesquisas sobre o mundo do trabalho e formação humana e por uma abordagem que busca, nas diferentes formas de solidariedade e associativismo, através de uma pedagogia da produção associada, na qual reivindica “o popular” tanto para a educação quanto para a Economia Solidária:

[...] os processos educativos inspirados na pedagogia da produção associada contemplam, além dos atores da Economia Solidária, os sujeitos

da Economia popular: aqueles que se situam não apenas nos espaços da cooperativa e outros empreendimentos solidários, mas todos aqueles que, com a utilização de sua própria força de trabalho participam do processo de reprodução ampliada da vida (e não do capital). (TIRIBA, 2004, p. 13).

A produção acadêmica sobre a conexão entre educação e Economia Solidária é significativa (ADAMS, 2010, 2014; TIRIBA, 2001, 2007; TIRIBA e PICANTO, 2004), porém ainda com pouco trânsito no ensino da pedagogia no conjunto das nossas universidades, sendo a maioria dos autores dos campos da Economia e das ciências sociais. Esta pesquisa se debruçou na esteira destas produções acadêmicas, procurando sintetizar e organizar os caminhos que este conhecimento já produzido pode apontar para a Economia Solidária.

3.1.4 Economia Solidária enquanto movimento social

Neste item o conteúdo provém fundamentalmente da minha inserção no Movimento da Economia Solidária há mais de dez anos. Particpei de todas as etapas da implantação e desenvolvimento da mesma no Oeste Catarinense. Igualmente, fiz e faço parte dos diversos níveis de organização da Economia Solidária em âmbito regional.

O movimento de Economia Solidária está presente em todo o país, sendo organizado em Fóruns Municipais, Fóruns Estaduais e Fórum Nacional. A constituição dos fóruns, em todos os níveis, possui a representatividade de 50% de empreendimentos (destes 25% são do campo e 25% urbanos), 25% de entidades de apoio (como ONGs, incubadoras universitárias, etc.), 25% do poder público municipal, estadual e nacional. Os fóruns municipais e regionais se reúnem mensalmente, os fóruns estaduais se reúnem há cada dois meses ou conforme necessidade e o fórum nacional tem se reunido em articulação com o Conselho Nacional de Economia Solidária, em reuniões trimestrais.

Existem dois espaços de encontros que tem marcado a história do movimento, são eles: as Plenárias e as Feiras. As plenárias são articuladas para pensar as linhas teóricas e políticas para o movimento. São realizadas em âmbito regional, estadual e nacional, constituindo-se como o momento mais significativo do debate entre os empreendimentos, apoiadores e Estado. Estas plenárias são realizadas para propor políticas ao governo, mas principalmente para a auto-

organização social do movimento. As Feiras também se organizam nos níveis municipais, regionais, estaduais e nacionais. São espaços de comercialização, divulgação e formação, sendo um momento privilegiado para a interlocução entre a Economia Solidária e a sociedade. Nas feiras se realizam trocas comerciais, de conhecimentos e de muita generosidade solidária. É um momento de festa, marcado pela presença cultural de artistas que animam os encontros. Tem-se destacado, nos últimos anos, a Feira Internacional de Santa Maria (RS) que se caracteriza por uma atuação que vai além das fronteiras nacionais, agregando especialmente experiências da América Latina.

Também é preciso mencionar que os empreendimentos organizaram as suas entidades representativas. Uma delas é a UNISOL Brasil (Central dos empreendimentos solidários do Brasil), fundada por iniciativa do movimento sindical, está vinculada à CUT (Central única dos trabalhadores) e lidera mais de 800 empreendimentos. A UNISOL tem por objetivo a representação dos empreendimentos solidários para fazer frente ao cooperativismo tradicional. Esta organização já contabiliza ao seu favor a aprovação da nova Lei do Cooperativismo, que estabelece regras que facilita a ação do cooperativismo popular da Economia Solidária.

3.2. ENCONTROS E DIÁLOGOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM A EDUCAÇÃO SUPERIOR POPULAR

Para pensar processo de transformação significativos no contexto atual da sociedade, acreditamos que a educação precisa das contribuições da Economia Solidária, tanto quanto a Economia Solidária precisa da educação para proporcionar um salto de qualidade em todas as formas de vida. Paulo Freire é categórico ao afirmar que é preciso “Ver a vida crítica e criativamente”, neste sentido aponta para superação da modernidade com a construção de projetos alternativos que podem parecer utópicos, mas que, ao caminhar continuamente podemos concretizá-los:

Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou (como) inalcançável pronuncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia. (FREIRE, 2001, p. 85).

Ao olharmos para a concretude das nossas comunidades rurais e urbanas, é preciso perceber que, para além de problemas existem potencialidades, que ficam neutralizadas nos sujeitos pela falta de oportunidades de debates e ações concretas no sentido de transformar sonhos em projetos realizáveis: “Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho da criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização” (FREIRE, 1987, p. 85).

Ana Maria Araújo Freire, conseguiu transformar uma homenagem ao grande educador Paulo Freire em um livro que continua trazendo ensinamentos no caminho de uma “Pedagogia dos sonhos possíveis”, na apresentação do livro afirma: “[...] precisamos [...] reavivar em nós mesmos nossa *capacidade ontológica de sonhar*, de projetar para um futuro mais próximo possível dias de paz, equidade e solidariedade” (FREIRE, A. 2001, p. 17). Como afirma Marta Harnecker (2000) precisamos compreender, “[...] a arte de descobrir as potencialidades existentes na situação concreta de hoje para tornar possível amanhã o que no presente parece impossível” (HARNECKER, 2000 apud FREIRE, A., 2001, p. 32).

A Educação e a Economia Solidária são campos de conhecimento que nos desafiam a ter uma postura crítica, mas acima de tudo, precisamos propor ações e tecnologias para impulsionar a sociedade a caminhar constantemente em busca de um mundo melhor.

3.2.1. Relações entre trabalho e educação

As teorias que serão fundamentais para a análise do nosso objeto de pesquisa abarcam principalmente os temas: Educação e Economia Solidária. Neste sentido, procuramos apontar a seguir alguns elementos que nos ajudam na compreensão das relações possíveis entre estes campos.

É fato que ambos, trabalho e educação, foram transformados em mercadoria pelo sistema capitalista. O desafio das organizações que querem superar o sistema dominante é transformar a educação como direito de cada cidadão/ã, dando oportunidades iguais de desenvolvimento intelectual. Para a Economia Solidária, a utilização dos princípios e técnicas da Educação Popular fundamentadas em Paulo Freire e sua escola, pode transformá-la em um instrumento da classe trabalhadora,

dando-lhe uma ferramenta para entender como funciona a sociedade. Na sequência, a universidade pode ser parceira dos membros da classe trabalhadora para que desenvolva as ferramentas para a transformação dessa sociedade.

A possibilidade da construção de uma nova estrutura sócio-econômico-político-social associada ao “trabalho livre para si” se constitui como real e concreto caminho para superar a atual matriz econômica. A expressão “para si” parte da concepção de Duarte (1993) que, ao analisar a possibilidade de superação do capitalismo, coloca que esta somente será consolidada como uma obra coletiva de indivíduos autônomos:

[...] a formação da individualidade para si não pode ser vista apenas como consequência da instauração de novas estruturas políticas e econômicas, mas sim uma condição fundamental para o próprio processo de transformação das estruturas atuais e nas relações sociais alienadas que as mantém (DUARTE, 1993, p. 175).

Quando os participantes de um grupo de trabalho fazem o melhor “para si”, o resultado se multiplica no grupo (DUARTE, 1993). A partir da prosperidade coletiva, respeitando as diferentes potencialidades e os limites dos sujeitos, mediados por um projeto de universidade popular que articula entre si os processos de mudanças citados, torna-se possível contribuir para construir em cada território, com suas especificidades, um processo articulado de revolução sociocultural, revolução econômica, revolução da democracia política e revolução ecológica. É assim, a partir do local que pode-se construir uma nação soberana nos aspectos econômicos, políticos, militares e tecnológicos.

Como o trabalho é um componente essencial, tanto da existência de cada indivíduo como de cada grupo ou sociedade, não é diferente quando se fala de um sistema político-social-econômico. E, como a Economia Solidária tenta ser uma alternativa ao sistema capitalista, é necessário compreender como o elemento trabalho é visto em cada uma dessas realidades. É o que tentaremos analisar neste item.

3.2.2 Do trabalho alienado ao trabalho associativo

Para a análise do trabalho no sistema capitalista, recorro a Marx, o grande analista deste sistema. Em O Capital, III Parte, capítulos V a IX, Marx faz uma longa e profunda análise da relação Capital-Trabalho-Mercadoria, demonstrando como

trabalho é o grande produtor de valor e como o Capital se forma, em grande parte com o excedente do trabalho usurpado do trabalhador. Faço uso, também, da obra de Meszáros, A Teoria da Alienação em Marx (2006).

Por se tratar de temáticas com as quais estou familiarizado, por ter estudado tanto na academia como em cursos de formação nos movimentos sociais, não me aterei à letra do texto de Marx, senão que o “traduzirei” para a linguagem moderna e acessível a qualquer público, mesmo ao não acostumado com a leitura dos chamados “clássicos”.

3.2.3 Trabalho organizado segundo a técnica da Heterogestão

Novaes e Castro (2013) consideram que com a I Revolução Industrial, a heterogestão passa a ser o modelo predominante da organização capitalista, e é fundamentada principalmente na obra “A riqueza das nações” de Adam Smith. Em sua teoria, Smith (1985) mostra que a riqueza não advém do comércio, ao contrário do que pregavam os mercantilistas, mas sim do trabalho, o único fator de produção capaz de gerar valor. Assim, a riqueza das nações depende diretamente do grau de produtividade do trabalho. Com a sua Teoria das Vantagens Absolutas, o autor ainda acrescenta que a produtividade decorre fundamentalmente do grau de especialização da economia, que por sua vez é determinado pelo grau de divisão do trabalho desta.

No século XX, com a teoria geral da administração de Taylor, posteriormente aplicada por Ford na indústria automobilística, a divisão do trabalho capitalista com vistas à acumulação ampliada do capital ganha centralidade, permeando não só as “indústrias discretas”, mas também o Estado, a família, etc, que fazem da heterogestão seu projeto de administração.

Conforme Ventura Neto explica em sua dissertação:

A heterogestão, forma que assume a gestão hierarquizada entre os que planejam e os que executam, no interesse de maximizar a acumulação e a concentração de capital [...] é forma de organização da produção e do trabalho onde o lucro é apropriado pelos capitalistas individuais ou por sociedades anônimas. (VENTURA NETO, 2010, p. 12)

A partir de então, a heterogestão é institucionalizada como o princípio fundamental da organização capitalista. As tarefas designadas ao trabalhador são fragmentadas, de forma que este já não tem mais o domínio sobre o que está

produzindo, e submete-se apenas a repetir um determinado número de gestos infinitas vezes. É institucionalizada também a separação entre concepção e execução do trabalho, o que Gramsci chama de separação entre o *homo faber* e o *homo sapiens*, e é retirada do trabalhador qualquer possibilidade de criar, pensar ou controlar o processo produtivo em sua totalidade (CASTRO, 2011). É bastante conhecida a frase de Taylor que “todo possível trabalho cerebral deve ser banido do chão-de-fábrica e concentrado no departamento de planejamento”, ficando o trabalho de concepção nas mãos de engenheiros, economistas, administradores de empresas, etc.

3.2.4 Do fordismo ao toyotismo

O sistema capitalista passa por crises periódicas ocasionadas pela acumulação excessiva de mercadorias e baixa do poder de consumo ocasionada pela perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora e/ou pela diminuição do lucro do capital provocada pela organização mais eficiente desta. Tais crises podem ser mais ou menos profundas, assim como mais ou menos prolongadas. Uma dessas crises profundas e prolongadas acontece a partir dos anos 1970, caracterizada principalmente pela: queda na taxa de lucro causada pelo aumento do preço da força de trabalho, resultante das lutas dos trabalhadores nos anos 1960; desemprego estrutural que acabou por ocasionar uma retração no consumo; e crise do Estado de bem-estar social e intensificação dos processos de privatizações, dados pela “crise” fiscal do Estado capitalista (Antunes, 2001)⁹.

Ainda de acordo com Novaes e Castro (2013), torna-se eminente a necessidade do capital se reestruturar e buscar um novo padrão de acumulação que leve o capitalismo a uma nova fase de desenvolvimento. Surge a partir daí o chamado modelo flexível de produção, ou toyotista que promove processos de mundialização do capital e a financeirização da economia, que traz consigo novas formas de relações políticas, econômicas e sociais. Tal processo se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, na abertura de novos mercados, dos

⁹ Mészáros é um dos poucos autores marxistas que não confunde crise com catástrofe. Para ele, se estamos numa crise não significa que o capital irá se arruinar sem nenhum tipo de resistência e reação que lhe permita resistir a esta crise. Um bom exemplo disso é a crise financeira de 2008, onde o Estado socorreu diversas frações do capital nos EUA, Europa, Japão, etc

produtos e dos padrões de consumo, caracterizando-se pelo surgimento de novos setores de produção, novos tipos de serviços financeiros, novos mercados e acima de tudo, altíssima capacidade de inovação tecnológica, comercial e organizacional (HARVEY, 2004).

No toyotismo passa a vigorar o operário polivalente e multifuncional, capaz de trabalhar com diversas máquinas simultaneamente. Surge o que se chama de flexibilidade profissional, na qual se verifica a mescla entre elaboração e execução de tarefas e estratégias organizacionais. O trabalhador tornado polivalente deve ser capaz de compreender a essência do processo produtivo, aumentando esta eficiência e a produtividade em prol do capital, tornando-se assim um déspota de si mesmo (ANTUNES, 2001). Nesse sentido é possível constatar a apropriação de alguns dos elementos da pedagogia socialista (trabalho coletivo, rodízio de funções, novas habilidades, etc) por parte das técnicas de administração capitalistas, o que só é possível devido ao seu esvaziamento enquanto prática político-ideológica.

Silva (2005) observou que a fábrica toyotista, mediante uma pedagogia participativa, apropria-se do saber tácito e da subjetividade humana levando a intensificação do ritmo do trabalho ao paroxismo nas empresas de produção discreta. Evidentemente que esse padrão expande-se para outros setores e até mesmo para o Estado, criando um tipo de trabalhador “dócil”, “criativo”, e “engajado”, sempre de acordo com as necessidades do capital.

Em termos históricos, no final do século XX, houve uma “reconstituição parcial e forçada” do *homo faber* com o *homo sapiens*, promovida pelo modelo japonês (acumulação flexível), onde o saber do trabalhador voltou-se contra si mesmo. Se Taylor, no início do século XX, lutou para banir todo “possível trabalho cerebral” do chão de fábrica, separando o *homo faber* do *homo sapiens* e ignorando o saber do chão-de-fábrica, o toyotismo e a Escola das Relações Humanas perceberam que o trabalhador tem muito saber, e este pode então ser *extraído* para o aumento da produtividade da fábrica.

3.2.5 O trabalho alienado e alienante

Para Marx as relações de trabalho, tanto no feudalismo, como no escravismo e, principalmente no capitalismo, são relações alienantes. Quando o trabalhador não

é dono do capital e dos instrumentos de trabalho, acaba vendendo sua força de trabalho ao capital. Sua força de trabalho compreende seu corpo e sua mente com todas as suas capacidades. Ao se apresentar ao dono do capital para realizar o trabalho que este necessita, o trabalhador vende todas essas capacidades, mais seu tempo e sua vontade ao capital em troca de um salário, normalmente estabelecido por este. Ou seja, o trabalhador vende, em troca de um salário não estabelecido por ele, seu tempo, sua vontade, suas capacidades, suas energias.

Em poucas palavras, esse constitui o processo de alienação do trabalho e do trabalhador. Mesmo que o dono da força de trabalho escolha sua profissão e a quem vendê-la (o que é mais exceção do que regra!), o processo todo se caracteriza pela *alienação*. A rotina do trabalho vai sendo assimilada pela personalidade do trabalhador a ponto de se tornar “natural”, aceitável e, até mesmo, querida. Assim, aquilo que se iniciou por uma necessidade, a do trabalho pela sobrevivência, passa da “entrega” do corpo, da força de trabalho para todas as facetas da personalidade do trabalhador. A convivência com seus/suas companheiros/as de trabalho vai reforçando esse tipo de relação, transformando-a em natural, única possível.

O processo de alienação vai se complexificando na medida em que o trabalho se fragmenta: quando o trabalhador passa a produzir uma parte do produto final, da mercadoria e ele nem conhece todo o processo de produção, não tem domínio sobre o mesmo, nem sobre o seu valor e sua comercialização. Desta forma, o trabalhador é usurpado de seu saber e da capacidade de saber a respeito daquilo em que investe toda sua personalidade. E, no fim do mês, ao receber seu salário, que pensa ser o que mereceu pela venda de sua força, nem consegue entender como o capital chegou a essa cifra para medir seu valor. Ele até pode ver que o(s) dono(s) do capital a quem vende sua força de trabalho tem uma qualidade de vida muito superior à dele e a dos/as seus/suas companheiros/as de profissão, mas não conhece os mecanismos que produzem essa desigualdade. Não conhece os mecanismos da “mais-valia”, pela qual o capital se apodera de parte significativa do trabalho de cada trabalhador. O desconhecimento desse mecanismo é outra forma de alienação, pois ele consegue até ver os frutos, as consequências, mas não chega a entender como se dá o processo.

De acordo com a análise Marxiana, com a qual corroboro, as relações de trabalho no sistema capitalista são relações de exploração econômica representada

pela “mais-valia”, o trabalho apropriado pelo capital, mas são também relações alienantes nas quais o/a trabalhador/a “entrega” ao capital suas potencialidades, seu tempo e sua vontade em troca de um salário que não é decidido por ele/a, mas pelo/a proprietário/a do capital.

Além da alienação acima descrita, acontece a heteronomia/alienação através da divisão e hierarquização do trabalho pela qual o/a trabalhador/a não tem qualquer autonomia no processo da produção: uma sucessão de chefes e supervisores decide cada etapa do processo de produção no qual o/a trabalhador/a é uma “peça” da máquina.

Na maioria das empresas comandadas a partir de computadores, quem dita o ritmo de trabalho são os que comandam as máquinas/computadores. Nas agroindústrias da região há uma “correia” chamada Nória que dita o ritmo de passagem das peças de frango/suíno/boi pelas “peças/trabalhadores/as” que devem intervir em cada uma delas com inúmeros movimentos num espaço de segundos.

Nessa relação alienante estão também os/as donos/as do capital. Estes/as também se encontram no interior de uma trama de relações comerciais/financeiras que não dominam e, na maioria das vezes, não conhecem todos os seus processos. E entram nessas relações sem seu consentimento. São obrigados a entrar e sintonizar-se com o sistema, pois do contrário, são excluídos do mesmo, da sua condição de “donos” do capital. A competição não é nada espontânea ou desejada: é obrigatória. Ou você compete e procura ganhar nessa competição, ou é excluído/a. São as marcas da alienação das relações de trabalho repercutindo nos donos do capital. O processo de alienação envolve todos os personagens da relação capital-trabalho. Daí a facilidade do processo de “naturalização” dessas relações e da dificuldade de imaginar outros tipos de relação capital-trabalho.

A questão fica intrigante para quem persegue, deseja e quer construir outro tipo de relação capital-trabalho, como é o caso da Economia Solidária. Sabemos que não somos os primeiros a plantear-nos tal questão e que, no histórico da Economia Solidária já assinalamos iniciativas tentadas ao longo de séculos. Mesmo que não tenhamos trabalhado sobre os “socialistas utópicos” e seus sucessores, os “científicos”, como Marx Engels, Lênin, Trotsky e muitos outros, temos consciência que o Movimento de Economia Solidária é herdeiro de uma longa história repleta de

tentativas, fracassos e retomadas da utopia da igualdade, ou melhor, de menos desigualdades em meio a tanta diversidade.

Em termos históricos, no final do século XX, houve uma “reconstituição parcial e forçada” do *homo faber* com o *homo sapiens*, promovida pelo modelo japonês (acumulação flexível), onde o saber do trabalhador voltou-se contra si mesmo. Se Taylor, no início do século XX, lutou para banir todo “possível trabalho cerebral” do chão de fábrica, separando o *homo faber* do *homo sapiens* e ignorando o saber do chão-de-fábrica, o toyotismo e a Escola das Relações Humanas perceberam que o trabalhador tem muito saber, e este pode então ser *extraído* para o aumento da produtividade da fábrica. Ao invés de realizar somente uma ação repetitiva (fordismo), ele passa a realizar diversas ações, prestando diferentes serviços ao capital. No toyotismo passa a vigorar o operário polivalente e multifuncional, capaz de trabalhar com diversas máquinas simultaneamente. Surge o que se chama de flexibilidade profissional, na qual se verifica a mescla entre elaboração e execução de tarefas e estratégias organizacionais.

Veremos mais adiante que a autogestão é muito diferente do toyotismo; uma técnica sofisticada de exploração do saber e das mãos dos trabalhadores (CASTRO, 2011).

3.2.6 O caminho para o trabalho associativo autogestionário

Com o lema “nem patrão nem empregado”, o Movimento da Economia Solidária tenta apresentar-se como uma alternativa às relações capitalistas de trabalho, atacando aquele que é o cerne da exploração/alienação e acumulação de capital. Trata-se de superar a dicotomia capital-trabalho como antíteses. O caminho da superação da alienação em todas as suas nuances apresentadas acima é um enorme desafio que vem estimulando as iniciativas de economia solidária.

A longa história de iniciativas para superar essa dicotomia serve de inspiração e de exercício de análise crítica. O fato da maioria delas terem tido muitas dificuldades para se solidificar e adaptar às novas realidades propostas pelo sistema dominante tem servido de alerta e de esmero na implementação de novas iniciativas.

O que essas iniciativas têm em comum é a tentativa da superação das relações capitalistas de trabalho. O exemplo de propriedade coletiva dado pelos povos originários tem servido como um dos parâmetros. Propriedade coletiva, trabalho coletivo, apropriação coletiva da produção e comercialização do excedente tem sido a característica da vida econômica desses povos e que ainda subsiste em muitas tribos indígenas. Parte dessas características é também encontrada na vida dos quilombolas em nosso território.

A passagem dessas características típicas de uma economia baseada na agricultura para uma economia, predominantemente, urbana exige muita criatividade e reconhecimento das limitações impostas pelo sistema hegemônico, tanto nas estruturas físicas como no subconsciente dos integrantes de iniciativas da economia solidária.

Uma das mudanças/revoluções mais radicais se encontra na eliminação de um dos elementos da antítese capital-trabalho. O capital tem que deixar seu lugar ao trabalho: este, ou melhor, trabalhadores/as se tornam o centro da Economia Solidária. Tudo nela deve partir dos que a produzem e para quem a produzem. Trabalha-se para os participantes do empreendimento e para toda a rede que compõe o movimento da Economia Solidária. O trabalho, além de ser associativo, precisa ser autogestionário. Nem patrão, nem capital influenciam o processo do empreendimento: seus participantes se associam para planejar, coordenar, produzir, comercializar o excedente, realizar trocas, fazer parcerias e, na medida do possível, utilizando moeda própria do movimento/rede da Economia Solidária.

Experiências nesse sentido multiplicam-se pelo país afora, boa parte delas organizadas em cooperativas de produção, de serviços, de comercialização e de crédito. A maioria delas atuando em redes que propiciam as trocas de saberes e de produtos participam organizações que vão desde a produção agroecológica de alimentos orgânicos, feiras de troca e venda, construção de moradias com técnicas e materiais da bioconstrução, com materiais alternativos, com supervisão de técnicos e com trabalho voluntário e/ou com mutirões.

Mais do que a propriedade coletiva dos meios de produção, a economia solidária busca um regime de trabalho associativo, colaborativo, baseado nos desejos e necessidades de seus integrantes. A alienação tem que ser evitada em

sua origem: ao invés da venda da força de trabalho, o trabalhador se sente integrante/integrado no empreendimento.

Esta possibilidade de uma nova estrutura social associada ao “trabalho livre para si” se constitui como real e concreto caminho para superar a atual matriz econômica. A expressão “para si” parte da concepção de Duarte (1993) que, ao analisar a possibilidade de superação do capitalismo, coloca que esta somente será consolidada como uma obra coletiva de indivíduos autônomos:

[...] a formação da individualidade para si não pode ser vista apenas como consequência da instauração de novas estruturas políticas e econômicas, mas sim uma condição fundamental para o próprio processo de transformação das estruturas atuais e nas relações sociais alienadas que as mantém (DUARTE, 1993, p. 175).

As teorias que serão fundamentais para a análise do nosso objeto de pesquisa abarcam principalmente os temas: Educação e Economia Solidária. Neste sentido, procuramos apontar a seguir alguns elementos que nos ajudam na compreensão das relações possíveis entre estes campos.

É fato que ambos, trabalho e educação, foram transformados em mercadoria por uma Economia capitalista. O desafio do ensino é adotar princípios da Educação Popular e retomar as atividades a favor dos trabalhadores, reconhecendo como funciona a economia na sociedade.

Esta sociedade poderia ser construída através da democratização dos recursos financeiros para a substituição dos proprietários privados para proprietários associados dos meios de produção, que representam a estrutura que vai sustentar a edificação de uma nova sociedade, sem necessariamente passar pela expropriação.

A competição é estratégia capitalista para desenvolver os meios de produção e conseqüentemente seus proprietários, mas não pode ser utilizada no mundo do trabalho. O melhor resultado é quando os participantes do grupo fazem o melhor “para si” e o resultado se multiplica no grupo (DUARTE, 1993). A partir da prosperidade coletiva em cada território, há maior possibilidade de abandonarmos a cultura da competição que nos mantém pobres e reféns do ideário burguês, para embarcar no mundo solidário da cooperação, que pode nos levar à plenitude humana.

Portanto, não basta frequentar as universidades, é preciso ter clareza de quais os conhecimentos contribuem para as necessárias mudanças. Podemos escolher entre estudar para a servidão moderna capitalista, que serve ao fantasioso

neoliberalismo de obediência aos interesses colonialistas globalizados, com suas fórmulas prontas para a felicidade que servem apenas para a continuidade do modelo explorador, ou o caminho árduo, trabalhoso e militante do projeto revolucionário, pensado e estruturado a partir de mãos e mentes, comprometidos com a vida, com qualidade para todos.

3.2.7 Da educação para o trabalho à educação no e pelo trabalho pela perspectiva materialista histórico-dialética e a solidariedade

Neste item apresento a educação numa sociedade de classes e seu antagonismo à educação ‘no e pelo trabalho’, originada no materialismo dialético e nas tentativas da construção do socialismo e hoje adotada em parte significativa do Movimento da Economia Solidária, principalmente executados pelo CFES¹⁰ (Centro de Formadores de Economia Solidária), que possui uma rede de formadores espalhados pelo Brasil.

Em nossa civilização ocidental-cristã, a solidariedade é normalmente vista como uma ação esporádica em casos de tragédias, necessidades prementes e datas especiais. Para a Economia Solidária inspirada no Materialismo Histórico-Dialético, a Solidariedade é parte constitutiva da construção de um mundo mais igualitário. Daí a aproximação entre a teoria materialista-dialética e a solidariedade.

A dedicação de intelectuais orgânicos tem contribuído para formar um importante conjunto de teorias e práticas pedagógicas que orientam nosso olhar sobre o objeto deste estudo. Assim, a orientação desta pesquisa é materialista histórico-dialética, baseada em autores, tais como: Marx (1974, 1978), Gramsci (1999), Vigotsky (2001a; 2001b), Meszáros (2008), Freire (1987), Fernandes (1966), entre outros.

O capitalismo não ingenuamente está inserido no nosso sistema educacional. Os agentes educacionais que atuam para o sistema alimentam sutilmente a competitividade para reprodução das formas de exploração, tanto do trabalho quanto da natureza, naturalizando tais explorações. É continuamente

¹⁰ São espaços de implementação da política nacional de formação em economia solidária. Atualmente, o projeto conta com sete centros de formação: um nacional e seis regionais, sendo estes nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Amazonas I e Amazonas II. Dentre os objetivos está a formação de educadores, educadoras e gestores públicos que atuam com economia solidária.

reproduzida a visão de que o mais importante é o sujeito ser “único”, e “se dar bem”, subtraindo, desta forma, a importância da interdependência humana.

Segundo Mészáros (2008) “além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores” (p. 260).

A classe dominante promove a direção política e sua hegemonia, obtendo adesão do conjunto das classes sociais para suas decisões políticas, num determinado momento histórico de formação social capitalista, utilizando-se da educação, de instituições repressivas para a manipulação cultural. Neste contexto a universidade atualmente, é veículo privilegiado para a divulgação e transmissão dos valores da classe dominante. A concepção de mundo da classe trabalhadora torna-se desarticulada, uma mescla de valores e ideias, que se confundem com elementos construtivos da ideologia dominante que passa a visão de que “nada muda”.

No sistema capitalista a educação se torna uma mercadoria e uma ferramenta de formação/adestramento para o trabalho que existe em função do capital. Ela é buscada para servir no exercício de uma profissão. Como as profissões são avaliadas de acordo com *status sociais*, os/as filhos/as de proprietários/as dos meios de produção são incentivados a estudar em cursos que orientam para a administração dos capitais, para os serviços mais utilizados pelas classes dominantes, para profissões ligadas ao esforço intelectual, artístico, criativo.

Para Mészáros (2008, p. 15) “a educação não é uma mercadoria [...], não deve qualificar para o mercado, mas para a vida”. Assim, é preciso uma vida nova, a partir de uma nova ética, novos valores, que construirão um novo mercado, capaz de servir a todos. Neste sentido, as propostas pedagógicas que incluam articulações com a Economia Solidária podem contribuir para promover a superação da alienação e apresentando aos estudantes a possibilidade do trabalho humanizado.

A base do pensamento de Marx é de que tudo se encontra em constante processo de mudança (dialética): “A educação para Marx participa do processo de transformações sociais, mas ao mesmo tempo é condicionada ao processo” (KONDER, 1982). Assim, a educação precisa ter íntima ligação com ações sociais e deve ser repensada. Nesta perspectiva, analisando o pensamento marxista, entende-se a importância de mudanças da educação:

(...) tais contingências são mudadas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado (...) A coincidência da alteração das contingências com a atividade humana e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como práxis revolucionária (MARX, 1974, p. 57).

Para repensar a vida com democracia e liberdade é necessário repensar a utilização democrática da educação como um instrumento estratégico para a construção da paz e mudanças necessárias para a humanização da humanidade. Um mundo que tenha como meta a racionalidade educacional, ambiental e econômica, somente pode ser forjado numa sociedade que coopere e tenha na solidariedade seu maior princípio.

A perspectiva educativa pelo trabalho, em contradição ao trabalho alienado que naturaliza a exploração, se coloca como uma alternativa a ser desenvolvida na educação e visa resgatar o papel criativo do trabalho de ambos, que se tornaram uma mercadoria no projeto capitalista: “A concepção marxista [...] defende o trabalho produtor, expressivo, criativo e desafiante. Caracteriza a sociedade capitalista como propulsora do trabalho representado como mercadoria alienante, humilhante, embrutecedor e submisso” (BORGES, 1999, p. 84). Concebemos, nesta pesquisa, o trabalho no sentido gramsciano como princípio educativo, e no sentido marxista do trabalho como ato de criação do humano. Gramsci (1982) torna-se importante nesta análise quando destaca o papel fundamental desempenhado pela educação na construção da hegemonia política da classe trabalhadora. Foi um autor que criticou a escola tradicional pelo seu papel na formação apenas de operários. Sua análise pode ser aplicada também à educação superior, que em seus currículos pedagógicos tem se preocupado com maior intensidade com os temas técnicos:

[...] a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada ‘cidadão’ possa se tornar ‘governante’ e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo (GRAMSCI, 1982, p. 137).

Deste modo, a combinação das forças da educação formal (transformada) para um caráter popular, com articulação da pesquisa acadêmica com as práticas sociais, aproximação das teorias e pensadores da liberdade e dos interesses reais do povo, podem se tornar elementos sustentadores de uma prática educacional libertadora que tem na atividade do *trabalho* a concretização do humano.

Nesta pesquisa analisamos uma universidade que nasce em contraponto a visão hegemônica capitalista. Acredita-se que a UFFS pode se constituir como lugar

privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas que tem por objetivos os interesses da classe trabalhadora, caracterizando-se do ponto de vista ideológico autônomo e independente, com “metas emancipadoras”, articulando os interesses imediatos e específicos dos grupos, combinados a interesses mais gerais com papel histórico a desempenhar no processo de transformação da sociedade capitalista como um todo. A opção pelo caráter popular da UFFS representa o compromisso, entre outros, com o fomento e articulação de uma alternativa ao modelo de desenvolvimento neoliberal através de ações concretas em Economia Solidária.

Na base dessas escolhas está infiltrada a ideologia da separação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Desde Aristóteles (ou talvez bem antes dele que apenas o teorizou!) o trabalho manual é próprio dos escravos. Esta ‘teoria’ subjaz até hoje nos *status* das profissões. Quando observamos as motivações que os pais das classes trabalhadoras dão aos filhos para que estudem, não há como não perceber a presença clara desta ideologia.

Os/as filhos/as das classes trabalhadoras buscam no estudo trampolim que lhes permita sonhar com uma vida “melhor”, menos trabalhosa e sofrida do que a dos seus pais. O incentivo dos pais da classe trabalhadora para que seus filhos estudem vai, mais ou menos, nessa direção: “Estude, meu filho, prá não ter que sofrer como seu pai que não estudou”.

O movimento socialista tentou superar a dicotomia trabalho manual-trabalho intelectual, criando escolas do trabalho, alternando períodos de estudo em salas de aula e períodos de aprendizagem nos campos de produção. Para tanto, as escolas socialistas foram concebidas como dois campos (prédios escolares e casas comunais no campo ou nas proximidades de fábricas), ou com ambos locais acoplados.

Os relatos da experiência vivida na Nicarágua durante a revolução popular sandinista ilustram esta visão de escola socialista em dois exemplos:

Em primeiro lugar, tanto nos períodos de feriados estendidos como em ações solidárias internacionalistas, os nicaraguenses das cidades e os voluntários apoiadores da causa da revolução sandinista iam para as montanhas para colher café. Era costume os habitantes das cidades se organizarem em ‘brigadas’ para participar espontânea e gratuitamente de trabalhos (especialmente de colheitas: cana, algodão, café) que necessitassem de mão-de-obra para garantir a colheita de

produtos na época adequada. Durante o tempo da colheita há momentos de estudo, de exposições sobre a importância econômica do café ou de outro produto para a economia do país, sobre a situação das relações de trabalho anterior à revolução, a respeito das mudanças necessárias a serem feitas... Também havia vivências que alimentavam a espiritualidade e mística revolucionárias.

O mesmo acontecia com inúmeras delegações provenientes dos mais diversos países amigos: “brigadas” de pessoas que nunca haviam desempenhado trabalhos manuais nas lavouras iam à Nicarágua colaborar com as tarefas econômicas da revolução popular sandinista.

Segundo: esta mesma dinâmica acontecia em Cuba: brigadas internacionalistas que participa de Estudos, Conferências, Seminários sobre Socialismo eram hospedados em casas comunitárias de estudantes nos arredores das cidades. Os grupos ocupavam toda a manhã em trabalhos no campo, limpando e/ou colhendo horti-fruti. Somente após as 15 horas participavam das Jornadas para as quais foram à Ilha socialista.

Outro exemplo no que se refere a um trabalho educativo e inovador, é a experiência que já dura doze anos em construção civil que é realizada pela COOPER CASA NOVA. É fato que o coletivo de construtores que trabalha duro na construção nada se diferenciaria dos conjuntos de profissionais, não fosse pela oportunidade de semanalmente em reunião pré-estabelecida se debruçar sobre situações problemas e planejamentos que exigem um alto grau de entendimento para contribuir na gestão do empreendimento. Assim o associativismo solidário e a educação popular se articulam entre si para o desenvolvimento humano nunca combinação entre trabalho manual e intelectual para fortalecer a autogestão baseada na realidade dos fatos.

Algo semelhante acontece com o Movimento da Economia Solidária que procura em suas práticas produtivas desenvolver uma pedagogia baseada na práxis. Nesta mesma direção podemos destacar a rede de ações da Permacultura que já está presente em mais de cem países. Temos algumas experiências em andamento na região que servem para tomarmos conhecimento de sua dinâmica.

Trata-se de um movimento que iniciou na década de 1970 na Austrália, com os ecologistas Bill Mollison e David Holmgren, na tentativa de responder ao processo de degradação do planeta e dos empecilhos encontrados no interior do

sistema capitalista para fazer frente ao caos que se vislumbrava a médio e longo prazo. Com três princípios fundamentais: cuidar das pessoas, cuidar do planeta e distribuir/compartilhar o excesso produzido, o movimento foi tomando força, desenvolvendo princípios de *design* em permacultura, princípios éticos e recuperando técnicas dos povos originários com o acréscimo das novas descobertas em matéria de química, fitoterapia, homeopatia, etc.

Na visão de Holmgren (2002, p. 29), “a permacultura é uma resposta criativa de design para um mundo com disponibilidade cada vez menor de energia e de recursos, com muitas semelhanças e coincidências com a ênfase de Lovins em processos de design inspirados na natureza”. E Holmgren complementa a seguir: “Na medida em que a permacultura é uma resposta efetiva às limitações no uso de energias e dos recursos naturais, ela vai passar de seu estado atual de “resposta alternativa para a crise ambiental” para a corrente social e econômica dominante da era pós-industrial. Se terá ou não o nome de permacultura é uma questão secundária” (p. 29).

Embora ainda sejam poucas as iniciativas de permacultura em nossa região dominada pelo paradigma hegemônico do agronegócio com utilização de muitos insumos da indústria química, sinto que as motivações utilizadas para a introdução do Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia podem significar uma aliança com potenciais para o desenvolvimento da permacultura. A parceria firmada há pouco tempo entre a Direção da UFFS e a Estação Marcos Ninguém sediada em Alpestre, responsável pela difusão da permacultura, das suas teorias e técnicas, vem reforçar nossa convicção na disseminação de mais e mais experiências permaculturais, tanto no campo como na cidade. Pelo que já pude conhecer e constatar nas visitas a agrovilas e outras experiências em permacultura, tenho a convicção que se trata do formato mais amplo e completo de Economia Solidária. Nessas iniciativas acontece a autogestão em seu sentido mais amplo, assim como a educação no e pelo trabalho. Não há cursos teóricos de permacultura: há jornadas e oficinas de aspectos da mesma, como fabricação de geotinta, construção de fogões de máxima eficiência, edificações com técnicas de bioconstrução, organização de hortas com mandala e outras técnicas com maximização no uso de energias e recursos locais e alternativos... E a pedagogia é a mais participativa possível: não há

projetos prontos e ‘professor’ para dirigir o processo: há construção coletiva do projeto, há ensaio e erro, há feedback e retomada.

Daí nossa convicção do reforço que o movimento da permacultura pode significar para o movimento da Economia Solidária, pois leva em consideração uma pedagogia voltada para o “fazer” com reflexão, ou práxis, que estamos denominando “fazência”, prática que vincula a educação diretamente com o trabalho, como tentamos demonstrar neste capítulo.

4. PESQUISA DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE AGRONOMIA E DE ADMINISTRAÇÃO

4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Esta pesquisa faz uso de uma abordagem qualitativa, com metodologia de análise de conteúdo dos seguintes documentos: PPCs dos cursos de Agronomia com ênfase em Agroecologia e Administração com ênfase em cooperativismo, as “Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária”, o documento base da I COEPE que define as políticas norteadoras e agendas prioritárias de ensino, pesquisa e extensão da UFFS, o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS) e o PPI (Projeto Político Pedagógico Institucional da UFFS). Estes documentos foram analisados usando procedimentos e técnicas de interpretação das comunicações presentes em categorias analíticas (que serão desenvolvidas visando a classificação e análise dos documentos). A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Conhecimento e Desenvolvimento nos Processos Pedagógicos”, que busca analisar como os conhecimentos vêm sendo gerados, transformados e como orientam práticas pedagógicas na UFFS. A presente pesquisa visa investigar para compreender e problematizar as ações educativas propostas nos PPCs dos cursos, bem como, analisar como se aproximam ou se distanciam da pedagogia popular e Solidária que através do trabalho e autogestão na Economia Solidária promovem a autodeterminação como ferramenta do desenvolvimento humano.

A construção metodológica da pesquisa esteve aberta à experiência, articulando reflexão e ação, teoria e prática, numa *práxis* baseada no materialismo histórico-dialético. Nesse sentido Gamboa (2012) chama atenção para um bom diagnóstico para orientar a pesquisa, abre um questionamento “qual é a pesquisa que gera inovação ou contribui com a mudança, a renovação ou a transformação dos processos educativos?” (p. 108). Os dados foram analisados na perspectiva do materialismo histórico-dialético, buscando interpretar as categorias em suas comunicações nos processos de tensionamentos e mediações, em diálogo com autores que compõe a fundamentação teórica do trabalho.

A reflexão do conjunto de dados empíricos está ancorada na análise de conteúdo de Bardin (1977) e Moraes (1999). A análise dos documentos é a técnica,

ou procedimentos exploratórios de análise documental. Quando nos referimos à análise do conteúdo, se trata do método, do processo, do caminho que escolhemos para a análise. Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (...) um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistem na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e das expressões deste conteúdo (BARDIN, 1977, p. 42).

Por um caminho semelhante, Moraes (1999) afirma: “A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” (s/p). Ou seja, é uma leitura dos documentos para além do comum, através de descrições sistemáticas.

Os processos de investigação passarão pelo percurso organizativo, conforme orienta Moraes (1999) está dividido em cinco etapas: 1) Preparação das informações (identificar as informações a serem analisadas); 2) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades (releitura cuidadosa dos documentos definindo *unidades de análise*); 3) Categorização ou classificação das unidades em categorias (agrupamento dos dados considerando partes comuns entre eles; optaremos por critérios semânticos de categorização, originando categorias temáticas); 4) Descrição (texto síntese expressa o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise; é o momento de expressar os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas); 5) Interpretação (compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens através interpretação dos conteúdos a partir da fundamentação teórica e das categorias de análise. Teorização, interpretação e compreensão constituem um movimento circular em que a cada retomada do ciclo se procura atingir maior profundidade na análise).

Assim, esta pesquisa teve como metodologia a análise de conteúdo, através da exploração e estudo das comunicações expressas em fontes primárias, contidas nos seguintes documentos: 1) Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC – dos bacharelados em Agronomia com ênfase em agroecologia e Administração com ênfase em Cooperativismo da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul); 2) Recomendação nº 8, de 04 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Economia Solidária intitulada “Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária” através do Termo de Referência “Educação em Economia Solidária: formação e assessoria técnica”, contendo os princípios e diretrizes político-

metodológicas que orientam os planos, programas e ações de formação, e assessoria técnica em Economia Solidária; 3) documento base da primeira Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão, Construindo agendas e definindo rumos – COEPE, que define as políticas norteadoras e agendas prioritárias de ensino, pesquisa e extensão da UFFS; 4) PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS; 5) PPI – Projeto Político Pedagógico Institucional da UFFS.

4.2 APRESENTANDO OS DOCUMENTOS ANALISADOS

4.2.1 Documento base da COEPE

É o principal espaço de participação democrática da UFFS, que promove a participação da comunidade acadêmica na vida da universidade e tem como objetivos: mobilizar a comunidade acadêmica e aprofundar a interlocução com a comunidade universitária. É importante salientar o papel da conferência como um momento de debate sobre problemáticas, soluções e prioridades para o bem comum. A conferência deve ser realizada regularmente a cada cinco anos para a elaboração de documentos que orientam o futuro institucional da universidade.

4.2.2 PPI e PDI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) constitui parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Esse, por sua vez, conforme sua versão preliminar aprovada pelo CONSUNI define suas funções:

[...] como rezam as exigências legais, o PDI identifica a instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver.” (UFFS, 2012b, p. 7).

Está no PDI a manifestação da missão da UFFS que anuncia seu caráter e intenções:

A UFFS, universidade pública, popular, gratuita e democrática e, de acordo com seu histórico e contexto de implantação, uma instituição multicampi, interestadual e interiorana, tem como Missão contribuir para que a produção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades

regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região. (UFFS, 2012b, p. 23)

Nesse sentido, o PDI aponta os elementos norteadores que supostamente devem ser seguidos pelos PPCs (Projetos Pedagógico de Curso), e definem as diretrizes organizacionais da Graduação, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação.

4.2.3 Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs)

Os PPCs têm como objetivo central a definição pedagógica e curricular dos cursos. O PPC, Projeto Pedagógico de Curso, é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: Concepção do Curso; Estrutura do Curso: Currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura; Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e do curso; Instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, TCC, etc.).

Necessariamente para elevar a UFFS a condição de universidade pública e popular que se propõe, comprometida com o desenvolvimento regional, com novas bases filosóficas, sociais e estruturais, necessariamente passa por PPCs que promovam um profundo envolvimento científico e cultural dos estudantes na perspectiva da autodeterminação e autonomia econômica. Nestes PPCs seria necessário trazer um terceiro “P” de político e um quarto “P” de popular, para deixar claro aos nossos jovens estudantes e comunidade acadêmica o sentido do nascimento da UFFS.

4.2.4 Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012: Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária

Após a realização da II Conferência Nacional, as forças políticas da Economia Solidária em conversação com a Secretaria Nacional e o Conselho Nacional de Economia Solidária, editam junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012:

Termo de Referência contendo princípios e diretrizes político-metodológicos para orientar os planos, programas e ações de formação e assessoria técnica em economia solidária desenvolvidos no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) do Governo Federal. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 4)

O documento, já em seu preâmbulo, manifesta um interesse especial no que se refere aos processos educativos,

A educação para a economia solidária é um grande desafio, em especial, para os empreendimentos econômicos solidários [...] Igualmente é necessário que a educação contribua para o fortalecimento da economia solidária enquanto uma prática social transformadora e emancipatória. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 7)

A seguir passo a transcrever os conteúdos das resoluções que servem de base para a nossa análise, como fio condutor no sentido de comparar as propostas dos documentos:

- a) Resolução 72.** “É preciso incluir os princípios, práticas e saberes populares da economia solidária nos parâmetros curriculares nacionais em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) como tema transversal. Também se deve garantir a oferta de educação qualificada e adequada para trabalhadores(as) da economia solidária, com foco na escolarização e educação continuada ao longo da vida. Destaque para a inserção da economia solidária nos processos de Educação de Jovens e Adultos e de educação no campo, quilombola e indígena, possibilitando e incentivando o uso de ferramentas e práticas para esse público nos meios rural e urbano, respeitando as diversidades regionais. Nesse sentido, especial atenção deverá ser dada à formação continuada direcionada aos profissionais da educação, com a elaboração de uma cartilha sobre economia solidária para que possam ser desenvolvidos conteúdos e atitudes pedagógicas coerentes com a autogestão.” (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 6-7)
- b) Resolução 73.** “Os empreendimentos econômicos solidários devem ser empoderados para acessar as políticas públicas, o que requer a formação sistemática dos trabalhadores e de seus familiares, além dos aspectos técnicos, nas práticas educacionais. Desta forma, além de permitir melhor resultado na produção, a educação ampliada aos familiares dissemina o

conceito de economia solidária mesmo antes da implantação das políticas públicas.” (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 7)

c) Resolução 74. A educação em economia solidária é definida como uma “construção social” que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 7).

Outro ponto a ser destacado no documento é com relação às diretrizes políticas e metodológicas que tem como fundamento práticas e metodologias da educação popular com desenvolvimento participativo de processos e valoriza os trabalhadores da Economia Solidaria como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, e devem estar conectados por interesses comuns, conforme descrito:

Articula as experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária na perspectiva da educação popular buscando convergências das iniciativas das organizações e movimentos sociais, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012)

Essas concepções, diretrizes políticas e metodológicas e princípios corroboram para a construção do projeto político e pedagógico da Economia Solidária, que quer influenciar educadoras, educadores e profissionais da educação de todo o sistema formal nos diferentes níveis e modalidades.

Este documento deixa clara a articulação com as demais políticas e programas de educação do Governo Federal, em especial as políticas públicas,

voltadas para o fortalecimento da educação popular e a Economia Solidária como estratégia emancipatória, e recomenda que:

As instituições da rede de ensino médio, de educação tecnológica e superior possuem papel fundamental na formação/ educação e formadores e assessores técnicos, desenvolvimento e socialização de tecnologias, pesquisas, incubação, tecnologias de gestão e organização do processo produtivo. Devem, para tanto, considerar o próprio local de trabalho dos empreendimentos econômicos solidários como espaços de aprendizagem e colaboração para pesquisas, visando o fortalecimento das iniciativas de economia solidária. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 22).

O debate sobre princípios e diretrizes metodológicas da formação em Economia Solidária, segundo o documento, deve ser permanente para a elaboração de uma referência nacional, baseada na pedagogia da autogestão.

5. ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS: APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E TENSIONAMENTOS ENTRE A UFFS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo analisamos quanto e como as Unidades de Referência (categorias de análise) ocorrem no PPI, PDI da UFFS e nos PPCs dos Cursos de Agronomia e Administração. As categorias de análise foram definidas a partir da pesquisa bibliográfica, e buscam sintetizar possíveis relações entre os documentos analisados. Assim, utilizamos as seguintes unidades de referência: solidariedade, empoderamento, autogestão, cooperativismo, agroecologia, economia solidária.

5.1 CATEGORIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PRESENTES NO PDI DA UFFS E NOS PPCS DOS CURSOS DE AGRONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Não se trata de buscar a presença dos mesmos conceitos, das mesmas palavras utilizadas pela Economia Solidária, mas de categorias e conceitos que tenham o mesmo significado/sentido. Ademais, como o Movimento de Economia Solidária adota diversas categorias, como: solidariedade, empoderamento, cooperativismo, autogestão, agroecologia como características suas, estas foram pistas para encontrar aproximações entre o Movimento e as propostas pedagógicas da UFFS.

Nesta primeira parte da análise apresento as aproximações da UFFS, através de seus documentos programáticos (PPI e PDI) e dos PPCs dos Cursos de Agronomia e de Administração com os processos do Movimento da Economia Solidária, tal como segue a seguir: o Quadro 1 demonstra as ocorrências das categorias de análise nos documentos oficiais da UFFS: COEPE – PDI – PPI; o Quadro 2 indica as presenças das categorias de análise no PPC do curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e o Quadro 3 apresenta as ocorrências das categorias de análise no PPC do curso de Administração com Ênfase em Cooperativismo.

QUADRO 1 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DOCUMENTOS OFICIAIS DA UFFS: COEPE – PDI – PPI

CATEGORIAS	COEPE	PDI	PPI
SOLIDARIEDADE	<p>p. 22: solidariedade e agir solidário;</p> <p>p. 62 :empreendimentos solidários;</p> <p>p. 9: Desenvolvimento Solidário da região;</p> <p>p. 26: [repete o anterior] sustentável e solidário;</p>	<p>p. 63: Comprometido com o Desenvolvimento Sustentável e Solidário;</p>	<p>p. 28: manifestação da solidariedade (in Concepção de Educação)</p> <p>p. 39: Princípios da Política de Extensão: manifestação da solidariedade e do companheirismo....;</p> <p>p. 50 Responsabilidade Social: respeito pela diferença e de solidariedade;</p> <p>SOLIDÁRIO:</p> <p>p. 35:Desenvolvimento Sustentável e Solidário da região;</p> <p>p. 40: Agir Solidário;</p>
EMPODERAMENTO	<p>p. 54: produção e disseminação de conhecimentos;</p> <p>p. 23: produção de autonomia do pensamento via problematização;</p> <p>p. 21:processo socializante democratizante do conhecimento;</p> <p>p. 23: justiça cognitiva: democratização plena de todas as formas de saber.</p>	<p>p. 63: IV. Compromisso da UFFS com o avanço do conhecimento e da sua difusão;</p> <p>p. 63: Compromissos da Pós-Graduação: II. Proporcionar ambiência acadêmica que favoreça a construção do conhecimento emancipatório;</p>	<p>p. 23: Construção do conhecimento científico;</p> <p>p. 29: Concepção de conhecimento: por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes...</p> <p>p. 31: Domínio Comum: visa a formação do estudante para a vivência da Cidadania Ativa.</p> <p>p. 32: Domínio Conexo: Recuperação da categoria de Totalidade do Conhecimento;</p> <p>p. 32: Domínio Específico: A</p>

			formação de recursos humanos para a atuação estratégica no Desenvolvimento do país;
COOPERATIVISMO	<p>p. 31: E.S., E. Social ou Cooperativismo;</p> <p>p. 41: Pós-graduação <i>stritu sensu</i> em Cooperativismo;</p> <p>p. 31: Viabilidade de Curso de Especialização em Cooperativismo;</p> <p>p. 61: Possibilidade de Curso de Extensão em Cooperativismo;</p> <p>p. 62: Possibilidade de Curso de Extensão sobre Movimentos Sociais, Associativismo e Cooperativismo;</p> <p>p. 25: Associativismo: Constatação da existência de um forte associação Regional;</p> <p>Cooperação: p.10: Cooperação solidária;</p> <p>p. 22: 5º Princípio: Cooperação. A cooperação implica o agir solidário tanto na produção quanto na apropriação e distribuição dos resultados das diversas atividades humanas.</p>		<p>p. 53: Grupos e Linhas de Pesquisa: Gestão Agroindustrial, Cooperativismo e Arranjos Produtivos;</p> <p>p. 56: Cooperativismo Popular;</p> <p>COOPERAÇÃO:</p> <p>P. 40: Princípios do PPI: V. Cooperação: implica no agir solidário;</p> <p>p. 46: Princípios da Pesquisa da UFFS: V. [repete o anterior];</p>
AGROECOLOGIA	<p>p. 33: Veterinária com ênfase em Agroecologia;</p> <p>p. 34: Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia; fortalecer o trabalho com temas como Agroecologia;</p> <p>p. 41: Pós-graduação <i>strictu sensu</i> em</p>	<p>p. 65: Cursos de Especialização: Agroecologia;</p> <p>p. 66: Pós-graduação em Agroecologia;</p> <p>p. 65: Cursos de Especialização: Produção de Leite Agroecológico;</p>	<p>p. 52: Grupos de Pesquisa: Agroecologia – Sistema de Produção Agroecológica – Socioeconomia na Agroecologia;</p> <p>p. 59: Agronomia com ênfase em Agroecologia;</p>

	<p>Agroecologia; p. 41: Curso de Especialização em Agroecologia e Agroecologia e Planejamento de Produção;</p> <p>p. 5: Nos Fóruns Temáticos a sugestão do tema: Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Regional.</p> <p>p. 48-49: Grupos de Pesquisa em Educação e Agroecologia; Agroecologia e Sustentabilidade na Agricultura Familiar; p.61: Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento.</p>	<p>e Olericultura Agroecológica;</p> <p>p. 66: Pós-graduação: Sustentabilidade Ambiental;</p>	<p>p. 41: Princípios do Política de Extensão (PPI): item V: Sustentabilidade</p> <p>p. 44: Princípios da Pesquisa, item VI: Sustentabilidade;</p> <p>p. 54: Grupos de Pesquisa: Energias Renováveis e Sustentabilidade;</p>
ECONOMIA SOLIDÁRIA	<p>p. 60: Linhas Prioritárias de Extensão: Capacitação na área de E. Solidária.</p> <p>Linha Desenvolvimento Regional, Tecnologias e Inovação: Capacitação na Área de Economia Solidária; ECONOMIA SOLIDÁRIA: P.31: Economia Solidária, Economia Social e Cooperativismo;</p>	<p>p. 65: Cursos de Especialização: Economia Solidária e Desenvolvimento Regional;</p>	

Fonte: Próprio autor, 2016.

QUADRO 2 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE NO PPC DO CURSO DE AGRONOMIA COM ÊNFASE EM AGROECOLOGIA

CATEGORIAS	TEXTOS (DO PPC) CONCEPÇÃO, PERFIL DE EGRESSO, REFERENCIAIS ORIENTADORES ETC...	CCR (COMPONENTES CURRICULARES: DISCIPLINAS, SEMINÁRIOS, OPTATIVAS ...ETC...)	REFERÊNCIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES
SOLIDARIEDADE	<p>p. 9: Histórico Institucional: Universidade para formar profissionais p/ promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da região;</p> <p>p. 9: repete o anterior;</p> <p>p. 34: Perfil do Egresso: O profissional que promova a sustentabilidade e a solidariedade;</p> <p>p. 34: Perfil: profissional comprometido com o Desenvolvimento Rural Participativo, sustentável e solidário;</p>	<p>p. 67: Realidade do Campo Brasileiro: Objetivo: repete o do perfil do egresso;</p>	<p>p. 120: Referência Complementar do CCR: Teoria Cooperativista: A pobreza e a Riqueza dos povos.: a transformação pela solidariedade. TEVOEDEJRE, Albert.</p>
EMPODERAMENTO	<p>p. 35: Empoderamento pelo Conhecimento do Domínio Comum, Conexo e Específico;</p> <p>p. 33: Objetivo: "Formar Engenheiros Agrônomos que utilizem conceitos e princípios ecológicos, visando o planejamento, a construção e o manejo de agro-ecossistemas ambientalmente sustentáveis, economicamente viáveis e socioculturalmente aceitáveis com sólidos conhecimentos técnico-científicos e</p>	<p>p. 55: CCR: Introdução à Agronomia: Ementa: estruturação do conhecimento em Agronomia;</p> <p>p. 67: CCR: Realidade do Campo Brasileiro: Objetivo: adquirir conhecimento que possibilite integrar a atividade profissional....</p>	<p>p. 72: Referências Complementares: Iniciação à Prática Científica: Objetivo: Proporcionar reflexões sobre relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento Científico;</p> <p>p. 79: CCR BROMATOLOGIA: Objetivo: subsidiar o acadêmico no conhecimento dos valores nutricionais dos alimentos;</p>

	<p>compromisso social.”</p> <p>p.38: Estágio: Finalidade: I – proporcionar (...) aprendizagem teórica, metodológica e prática, visando sua formação profissional; II – capacitar o acadêmico p/ conviver, compreender, analisar e intervir na realidade;</p>		
AUTOGESTÃO	<p>p. 120: CCR: Teoria Cooperativista: Ementa: Economia Solidária, cooperação e autogestão</p> <p>p. 176: Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão: (...) visando o processo de integração e autonomia das comunidades</p>		<p>p. 120: Ref. Básicas: Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento. CRUZIO, Helnon de O.</p> <p>p. 120: Ref. Complementares: Participação e participações: ensaios s/ autogestão. MOTTA, F.C.Prestes;</p> <p>p. 60: Ref. Básicas de HISTÓRIA DA AGRICULTURA: Camponeses e impérios agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. PLOEG, Jan Dowe Van Der</p> <p>p. 120. Ref. Compl.: Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. FARIA, J.H.</p>
COOPERATIVISMO	<p>p. 120: CCR: TEORIA COOPERATIVISTA: p. 53: Ementa do CCR Economia e Sociedade: Cooperativismo e associativismo;</p> <p>p. 120: Ementa: bases doutrinárias da cooperação e do cooperativismo;</p> <p>p. 120: Teoria Cooperativista: Ementa e Objetivos;</p>		<p>p. 120: Ref. Complementares: O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. PINHO, Diva Benevides.</p>

	<p>p. 93: CCR: ECONOMIA RURAL: Ementa: Papel do cooperativismo no desenvolvimento;</p> <p>p. 53: CCR: MEIO AMBIENTE ECONOMIA E SOCIEDADE: Ementa: Associativismo.</p>		
AGROECOLOGIA	<p>p. 208: ESTÁGIO: preferencialmente na área de Agroecologia;</p> <p>p. 107: TCC: art. II: Preferencialmente na área de agroecologia;</p> <p>p. 5: Dados Gerais do Curso: O Curso tem como ênfase a agroecologia; Entende-se por Agroecologia ciência que tem suas raízes nos métodos e práticas tradicionais de manejo produtivo dos ecossistemas;</p> <p>p. 13: Importância da Agroecologia p/ a região;</p> <p>p. 29-32: Referenciais Orientadores: p. 29: O Curso de Agronomia na UFFS, mais do que um simples adendo, considera a Agroecologia como eixo norteador...;</p> <p>p. 26: Em contraste com esse paradigma hegemônico, a UFFS propõe um curso de Agronomia que traz como ênfase a Agroecologia;</p> <p>p. 24: necessidade de acesso por parte dos jovens a cursos com ênfase em agricultura familiar e agroecologia;</p> <p>p. 36: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: A matriz curricular está organizada de forma</p>	<p>p. 96: CCR: AGROECOLOGIA I: Ementa: Epistemologia da agroecologia e evolução do pensamento agroecológico;</p> <p>p. 96: Objetivo: "Construir conhecimento sobre os fundamentos da Agroecologia como ciência (...) bem como conhecer as principais práticas agroecológicas de manejo dos agrossistemas".</p> <p>p. 118: CCR: AGROECOLOGIA II: Ementa: Desenvolvimento e planejamento Global de agrossistemas e transição agroecológica; legislação sobre produção agroecológica e orgânica; Objetivo: planejar, desenvolver, avaliar, gerir e orientar a implantação de sistemas agroecológicos de produção agrícola...;</p>	<p>p. 96: Ref. Básicas: a) Agroecologia: as bases científicas p/ uma agricultura sustentável. ALTIERI, M.; b) GLESMANN, S.R.: Agroecologia: processos ecológicos em Agricultura Sustentável;</p> <p>p. 96: Ref. Complementar: CANUTO, J.C. & COSTABEBER, J.A (org): Agroecologia: conquistando a soberania alimentar.</p> <p>p. 118: Repete as Referências Básicas e Complementares do CCR: Agroecologia I.</p>

	a permitir a formação interdisciplinar e focada na agroecologia;		
ECONOMIA SOLIDÁRIA		<p>p. 108: Teoria Cooperativista I (Curso de Agronomia, p.120): Toda a EMENTA orienta-se à origem e desenvolvimento da E.S. Idem o OBJETIVO. Ademais, é o ÚNICO Componente Curricular dos Cursos que utiliza explicitamente os conceitos de Economia Solidária nos itens :</p> <p>Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário.</p>	<p>p. 120 Ref. Básicas: SINGER, Paul; MACHADO, João: Economia Socialista.</p> <p>p. 120: Ref. Compl.: GAIGER, L.I. Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil;</p> <p>p. 120: Ref. Complementares: A economia solidária como política pública. BARBOSA, Rosângela N.</p> <p>p. 120: CCR: TEORIA COOPERATIVISTA: Ementa: Crise do capitalismo e emergência da economia solidária; economia solidária, cooperação e autogestão.</p>

Fonte: Próprio autor, 2016.

QUADRO 3 – PRESENÇA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE NO PPC DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM ÊNFASE EM COOPERATIVISMO

	TEXTOS (DO PPC) CONCEPÇÃO, PERFIL DE EGRESSO, REFERENCIAIS ORIENTADORES, ETC...	CCR (COMPONENTES CURRICULARES: DISCIPLINAS, SEMINÁRIOS, OPTATIVAS ...ETC...)	REFERÊNCIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES
SOLIDARIEDADE	<p>p. 9: Histórico da Institucional “Esse projeto de universidade aposta na presença das classes populares na universidade e na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e <u>solidário</u> para a região, tendo como eixo estruturador a agricultura familiar e camponesa”.</p> <p>p. 10 “O Movimento Pró-Universidade propõe (...) produção de conhecimento para promoção do desenvolvimento sustentável e <u>solidário</u> da Região Sul do País” (UFFS, 2009. P. 9)</p>	<p>p. 101 Ementa do CCR: “Teoria Cooperativista I”</p> <p>Toda a EMENTA orienta-se à origem e desenvolvimento da E.S. Idem o OBJETIVO. Ademais, é o ÚNICO Componente Curricular dos Cursos que utiliza explicitamente os conceitos de Economia Solidária nos itens : Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário.</p>	<p>p. 101 Referências Complementares do CCR: “Teoria Cooperativista I”</p> <p>ASSMAN, Hugo. MOSUNG, Jung. Competência e Sensibilidade <u>solidária</u>: educar para a esperança.</p> <p>p. 102 Referências Complementares do CCR: “Teoria Cooperativista I”</p> <p>PINHO, Diva Bevenides. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente <u>solidária</u>.</p> <p>TEVOEDJRE, Albert. A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela <u>solidariedade</u>.</p> <p>[MENÇÃO INDIRETA]</p> <p>SANTOS, Boaventura S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.</p> <p>YUNUS, Muhammad. Um mundo sem pobreza.</p>
EMPODERAMENTO	<p>[MENÇÃO INDIRETA]</p> <p>p. 32 Item 5.1.4 A concepção de educação</p>		<p>[MENÇÃO INDIRETA]</p> <p>p. 80 Referências Complementares do CCR: “Iniciação à prática científica”</p>

	<p>“(…) deve-se, isto sim, levar o aluno a aprender por si próprio, a conquistar essas verdades”</p> <p>p. 41 Item: 5.3.2 Concepção e estratégias didático-pedagógicas “(…) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder”.</p> <p>p. 46 Perfil do egresso (item V) “(…) ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência”.</p> <p>p. 51 Base da organização curricular da UFFS “(…) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder”.</p> <p>p. 161 Papel dos docentes “Os docentes necessitam desenvolver um papel instigador do processo de aprendizagem do aluno, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica do mesmo”.</p>		MORIN, E. Ciência com consciência.
AUTOGESTÃO	p.27: Ref. Orientadores (epistemológicos): O conhecimento só é possível se o aluno responde para si	p. 101 CCR: TEORIA COOPERATIVISTA I Ementa: “(…) Economia solidária,	p. 101 Referências Básicas do CCR: “Teoria Cooperativista I”

	<p>mesmo as perturbações provocadas pela assimilação do conhecimento novo...;</p> <p>p.39: Concepção didático-pedagógicas “a aprendizagem é mais centrada no aluno e na auto-gestão...”</p>	<p>cooperação e autogestão”.</p> <p>p. 108 CCR: GESTÃO DE COOPERATIVAS: Ementa: Modelos de gestão: (...)coletiva, democrática, autogestão.</p>	<p>CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento.</p> <p>p. 102 Referências Básicas do CCR: “Teoria Cooperativista I”</p> <p>MOTTA, F. C. Prestes et al. Participação e participações: ensaios sobre a autogestão.</p>
COOPERATIVISMO	<p>p. 5 Dados gerais do curso (Apresentação) “(…) cujo eixo centralizador é a formação do ‘profissional administrador e empreendedor’ voltado para ‘pequenos empreendimentos e cooperativismo’”.</p> <p>p. 25 Item 4. Justificativa da criação do curso “O curso prevê, em sua linha formação, a administração de pequenos negócios e o <u>cooperativismo</u>”</p> <p>p. 26 Item 4. Justificativa da criação do curso “(…) todos os cursos presenciais são pagos (...) e nenhum deles apresenta como linha de formação a administração de pequenos empreendimentos e <u>cooperativismo</u>. Esse enfoque que acaba por ser uma inovação do curso de graduação em administração da UFFS, reforça sua relevância socioeconômica”.</p> <p>p. 35 Item 5.2.2 A concepção da linha</p>	<p>p.53: O Estágio poderá ser desenvolvido em uma das seguintes áreas: ..., ..., Administração de Cooperativas.</p> <p>p. 87 CCR: Meio ambiente, economia e sociedade: Ementa: “(...) noções de agricultura familiar, cooperativismo, associativismo...”.</p> <p>p. 101 CCR: Teoria cooperativista I - Ementa: “Bases doutrinárias da cooperação e do cooperativismo. Fundamentos filosóficos da cooperação. As formas primitivas e tradicionais de ajuda mútua. Surgimento do cooperativismo moderno. Contribuições dos socialistas utópicos para o pensamento cooperativo. Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Cooperação e desenvolvimento. Experiências históricas e contemporâneas. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário.</p>	<p>p. 101 Referências Complementares do CCR: “Teoria Cooperativista I”</p> <p>PINHO, Diva Bevenides. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente <u>solidária</u>.</p> <p>p.108: Ref. Básica:</p> <p>BRAGA, M.J.;REIS, B.Dos S. (org.). Agronegócio Cooperativo. Reestruturação e Estratégias;</p> <p>CRUZIO, H.de O. Como organizar e administrar uma cooperativa;</p> <p>OLIVEIRA, D.P.R. Manual de Gestão de Cooperativas.</p> <p>p. 110 Referência Básica do CCR: “Gestão de Cooperativas”</p> <p>BRAGA, M. J.; REIS, B. dos S. (Org.). Agronegócio Cooperativo: estruturação e Estratégias.</p> <p>CARVALHO, Adriano Dias de.</p>

	<p>de formação “O curso (...) escolheu como linha de formação a gestão de pequenos negócios e o <u>cooperativismo</u>”.</p> <p>p.35: Perfil do Administrador: Habilidade Humana: capacidade de trabalhar com eficácia como membro de um grupo e de conseguir esforços cooperativos nesse grupo...;</p> <p>p. 36 “(...) a mesorregião possui como características socioculturais traços da colonização alemã e italiana que valorizam a cultura do trabalho, o empreendedorismo e o <u>cooperativismo</u>, advindos da experiência da agricultura familiar” (TESTA, 1996).</p> <p>p. 37: o cooperativismo é uma linha histórica da região (da UFFS);</p> <p>p. 38: Item 5.2.2 A concepção da linha de formação: “(...) a cooperação foi uma forma bastante utilizada pelos colonos da região; nos últimos anos, porém, passou a ser uma grande dificuldade”.</p> <p>p. 38: Item 5.2.2 A concepção da linha de formação: “A linha de formação em pequenos negócios e cooperativismo visa então resgatar essa cultura cooperativa que é característica histórica da região”.</p> <p>p. 41 Item 5.2.2 A concepção da linha de formação:</p>	<p>Experiências cooperativas no Brasil e no mundo”.</p> <p>p. 101 CCR: Teoria cooperativista I - Objetivo “Conhecer e compreender as bases doutrinárias e históricas do cooperativismo mundial e brasileiro. Identificar aspectos-chave a serem considerados para a criação e consolidação de experiências cooperativas e associativas.</p> <p>p.108: CCR: GESTÃO DE COOPERATIVAS: - Toda a EMENTA aponta para os elementos do Cooperativismo como definido pela E.S. “Empresas de capital e cooperativas. Legislação cooperativista. Estrutura de poder na sociedade cooperativa. Modelos de gestão: tradicional, coletiva, democrática, autogestão. Administração em cooperativas: planejamento, organização, direção e controle. Controle financeiro de empresas cooperativistas. Avaliação de eficiência econômica e social da empresa cooperativa. Cooperativismo e organização industrial. Economia de empresas e estratégias de negócios das empresas cooperativadas.</p> <p>Idem: o Objetivo: conhecer e dominar conceitos e conhecimentos que possibilitem organizar a gestão cooperativa de forma eficiente e construir os melhores instrumentos para</p>	<p>cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global.</p> <p>CRUZIO, H. de O. Como organizar e administrar uma cooperativa.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática.</p> <p>p. 110 Referências Complementares do CCR: “Gestão de Cooperativas”</p> <p>ABRANTES, José. Associativismo e cooperativismo. Como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil.</p> <p>CENZI, Nerii Luiz. Cooperativismo: Desde as Origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro.</p> <p>SCHNEIDER, José Odelso. Democracia, participação e autonomia cooperativa</p>
--	---	--	--

	<p>“Há ainda as disciplinas específicas da linha de formação do currículo, como “Cultura empreendedora e criatividade” e “Gestão de pequenos empreendimentos”, e ainda, pelo lado do cooperativismo, as disciplinas de “Teoria cooperativista” e “Gestão de cooperativas”, além dos projetos de pesquisa e extensão voltados para o trabalho com as micro e pequenas empresas locais”.</p> <p>p. 44: Objetivo Geral do Curso: “(...) profissional comprometido com os processos de cooperação voltados para o desenvolvimento econômico regional”.</p> <p>p. 46 Perfil do Egresso “O perfil do egresso do Curso de Administração da UFFS caracteriza-se pela qualificação para atuar na gestão de organizações diversas, com foco específico em pequenos empreendimentos e cooperativismo”.</p> <p>p. 51 Item 8.4 Linhas de formação “A grade curricular também está voltada para atender as duas principais linhas de formação do curso – gestão de pequenos negócios e cooperativismo”</p> <p>p. 167 Item: “Articulação ensino, pesquisa e extensão”</p> <p>Dos objetivos dos projetos de extensão: “Complementar aptidões dos alunos nas linhas de formação do curso, gestão de pequenos negócios e</p>	<p>a sua administração.</p>	
--	--	-----------------------------	--

	<p>cooperativismo”</p> <p>p. 173 Item: “Perfil docente e processo de qualificação: “Dentre as linhas de pesquisa e extensão pertinentes ao curso de Graduação em Administração, estão o desenvolvimento regional, tecnológico e sustentável, a criação e o desenvolvimento de novos negócios que perpassam o aspecto do empreendedorismo e o estímulo ao cooperativismo”.</p>		
AGROECOLOGIA	<p>p. 13 Item: Histórico institucional</p> <p>“Na definição dos cursos de graduação, a Comissão de Implantação da UFFS priorizou as áreas das Ciências da Agrárias e das Licenciaturas, tendo em vista a importância da <u>agroecologia</u> para a Região”.</p> <p>p. 16 Na descrição dos fóruns temáticos do COEPE “(4) Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento regional”;</p>	<p>p.87: CCR: MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE: Ementa: Relação entre ambiente e sociedade: agroecologia, sustentabilidade...</p>	
ECONOMIA SOLIDÁRIA		<p>P.108: Teoria Cooperativista I: Toda a EMENTA orienta-se à origem e desenvolvimento da E.S. Idem o OBJETIVO. nos itens : Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário.</p>	<p>p. 101 Referências Complementares do CCR: “Teoria Cooperativista I”</p> <p>BARBOSA, Rosângela N. A economia solidária como política pública. Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.</p> <p>GAIGER, L. I. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.</p>

Fonte: Próprio autor, 2016.

5.2 ANÁLISE QUALITATIVA: CATEGORIAS

Nossa análise foi feita somente a partir dos documentos aqui citados, ou seja: do PPI, PDI e Coepe da UFFS e dos PPCs dos Cursos de Agronomia e de Administração. Não é objeto desta investigação a prática das coordenações de Curso e dos docentes dos mesmos. A seguir, buscaremos aproximações entre os documentos da UFFS aqui trabalhados e a Economia Solidária.

5.2.1 Categoria de análise: Solidariedade

A solidariedade tem como sentido maior o interesse comum, e é nela que podemos encontrar referência em termos de justiça social.

a) Bacharelado em Agronomia (p.28): “A base epistemológica (do curso) configura-se, então, como um constante exercício de construção do conhecimento, voltado para a interdisciplinaridade à busca da integração do acadêmico com um novo paradigma científico, voltado para a construção de uma sociedade solidária,...”

b) PDI, p.62: (sobre a Extensão na UFFS): “Concretamente, na área de extensão a responsabilidade social se traduz nos projetos de extensão, os quais possuem o compromisso com a transformação social, com a promoção da interação entre a Universidade e a Sociedade; com a articulação do saber acadêmico com o saber popular, instaurando um processo socializante, democratizante do conhecimento; com a contribuição para a inclusão social; com o respeito aos direitos humanos; com o desenvolvimento regional sustentável; com uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na Universidade.

c) Os Referenciais Programáticos do Curso de Agronomia enfatizam o trabalho da universidade e dos seus alunos na diminuição das desigualdades sociais: “Os projetos de pesquisa e extensão, (...) deverão estar alicerçados, portanto, em uma larga participação da sociedade em geral e, em particular, dos seus segmentos marginalizados ou, até mesmo, excluídos pelo atual processo de desenvolvimento” (p.30-31).

d) No perfil do egresso do Curso de Agronomia, encontramos: “ (...) o profissional necessitará de formação humanística e técnico-científica integrada, discernimento, senso crítico, criatividade, racionalidade; capacidade de conceber, de se comunicar e de agir, para estabelecer uma relação participativa com os sujeitos sociais de um território ou de uma cadeia produtiva, bem como habilidade para integrar sua atividade profissional a princípios ambientais e socioeconômicos que promovam a sustentabilidade e a solidariedade e correspondam aos interesses de longo prazo do desenvolvimento regional e da sociedade brasileira. Enfim, um profissional comprometido com o desenvolvimento rural participativo, sustentável e solidário, em harmonia com o meio ambiente e com os agricultores” (p.34).

5.2.2 Categoria de análise: Empoderamento

Empoderar significa colaborar no desenvolvimento das capacidades de uma pessoa/educando/profissional ou de uma equipe de pessoas. É colaborar com o desenvolvimento e complexificação dos conhecimentos para torna-las aptas a desempenhar suas funções onde quer que estejam e atuem. O empoderamento pode ser geral, quando se trata de desenvolver as capacidades de indivíduos ou grupos sem uma orientação ou meta concreta. É o que a escola procura realizar no ensino fundamental. Mas pode ser (e é o mais habitual) o empoderamento em vista de objetivos e metas estabelecidas. Trata-se de uma visão filosófico-antropológico-político-social que concebe o poder como algo que vem de dentro e não é outorgado por outros ou pelas instituições. Os outros e suas instituições podem entrar no processo de empoderamento como estimuladores, facilitadores. O foco é sempre o desabrochar e desenvolvimento as capacidades próprias dos indivíduos e/ou equipes para que sejam os artífices e condutores de seus processos e empreendimentos.

5.2.2.1 Referências a Empoderamento no PDI da UFFS e PPCs dos Cursos de Agronomia e de Administração

a) No 4º Princípio Norteador do PPI da UFFS encontramos: “Qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e compromissados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País”.

b) no PDI, p. 34-35: “A Universidade se traduz numa postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente aos processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas. A relação transformadora entre universidade e sociedade será marcada pelo “diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica [...] para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão” .

c) Na concepção de conhecimento expressa no PDI: “O conhecimento decorre necessariamente do cultivo permanente da interrogação e da problematização, da autonomia intelectual. O processo de construção do conhecimento que, por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas, e uma intervenção mais qualificada na realidade. (PDI, p.44: sobre Extensão Universitária)

d) Na sequência da caracterização da Extensão Universitária: “Compromisso com a transformação social: Esta diretriz objetiva estabelecer uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, visando uma atuação transformadora, direcionada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Entende-se que uma das principais funções da Universidade é a de contribuir, a partir da formulação de políticas públicas participativas e emancipadoras, para a solução dos problemas sociais da população.

e) Esse compromisso com a transformação social deve dar-se numa “Interação dialógica: Possibilitar aos docentes e acadêmicos da UFFS a interação com a realidade social da região por meio do diálogo com os diferentes grupos sociais. A extensão universitária desenvolverá suas atividades visando uma ação de mão dupla, de troca de saberes acadêmicos e populares, em que a Universidade contribui com seus conhecimentos à comunidade e também aprende com o saber “

f) Já o PDI da UFFS (p.37-38), caracteriza a área de Domínio Comum dos Cursos da Universidade como: “Entende-se por Domínio Comum o conjunto dos componentes curriculares que são necessários a qualquer pessoa para a vivência no seu contexto contemporâneo, de modo a participar ativamente, com autonomia e responsabilidade nos processos decisórios, inserindo-se de modo competente nos sistemas de produção material da existência e exigindo direitos que vão desde o usufruto do produto social e do patrimônio cultural da humanidade”.

g) O Componente Curricular Gestão de Cooperativas (p.108 de Administração) representa uma ferramenta bastante completa para o empoderamento dos criadores, construtores e administradores de Cooperativas da Economia Solidária. Além do conteúdo denso da Ementa e do Objetivo desse CCR, encontram-se na Bibliografia Básica os textos de: CRUZIO, H. de O. *Como organizar e administrar uma cooperativa* e *Manual de Gestão das Cooperativas*, de OLIVEIRA, D.P.R. Igualmente de grande valia podem ser os textos citados na Referência Complementar desse CCR: *Associativismo e cooperativismo*. Como a união de pequenos empreendimentos pode gerar emprego e renda no Brasil, de ABRANTES, José; *Democracia, participação e autonomia cooperativa* de SCHNEIDER, José Odelso.

5.2.3 Categoria de análise Autogestão presente no PDI da UFFS e PPCs dos Cursos de Agronomia e Administração

O exercício da autogestão é uma exigência e característica dos empreendimentos que participam da rede da Economia Solidária. Trata-se da capacidade do empreendedor individual ou do grupo que compõe o empreendimento de auto-gerir-se, de tomar decisões de toda ordem, de planejar o desenvolvimento do “negócio”, de se auto-retroalimentar teórica e praticamente para dar conta das novas exigências e desafios que a realidade vai apresentando. Esta categoria está entre as mais importantes e decisivas características do Movimento de Economia Solidária. Por isso, está presente em diversos momentos ao longo deste texto. Daí a necessidade de compreendê-la a partir dos mesmos.

a) Um primeiro elemento desta Unidade de Referência é encontrada no 5º Princípio Norteador do PPI a UFFS: “Democracia e autonomia, que respeitem a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais”.

b) A seguir, encontramos na p. 46 do PDI: “Autonomia intelectual: O princípio diz respeito a uma condição ética e cognitiva no exercício do pensamento. Trata-se de preparar o indivíduo para embasar suas decisões e práticas na reflexão crítica da realidade histórica, (ADORNO, 1995). Significa superar o mero cultivo da especulação inspirada em modelos ideais, que deixa os indivíduos incapazes de orientar-se no mundo, assim como o esforço de diferenciação individual visando afirmar-se diante da lógica competitiva que se impõe como realidade autonomizada, sem sujeito. O desenvolvimento de uma postura investigativa nas atividades de Ensino na Graduação e na Pós-graduação, articuladas entre si e amparadas na Pesquisa e na Extensão, é primordial para o desenvolvimento da autonomia intelectual. A produção de autonomia do pensamento decorre necessariamente do cultivo permanente da interrogação e da problematização.

c) Por sua vez, o PPC do Bacharelado em Agronomia (p.28), caracteriza-o como: “Um curso que deve estar centrado em um ensino que privilegie os princípios da identidade, da autonomia, da diversidade, da interdisciplinaridade, da contextualização e da flexibilidade”.

d) Além do acima exposto, o PPC do Curso de Agronomia (p.30), caracteriza assim o seu egresso: “No caso da Agronomia da UFFS, a competência técnica significa a capacidade de um profissional em contribuir positivamente para que os próprios agricultores resolvam os seus problemas, independentemente da proximidade de tais problemas em relação a qualquer uma das disciplinas que compõe a Agronomia. O agrônomo deve ser um educador disposto a ensinar a sua prática, mas também a aprender a partir das experiências dos agricultores”.

e) O Componente Curricular: Administração e Análise de Projetos (p.117) tem relação com a Autogestão da Economia Solidária, pois remete a novos processos educacionais.

f) O mesmo no que se refere ao CCR Gestão de Pequenos Empreendimentos – do Curso de Administração (p.117), que compõem elementos para empoderar seus sujeitos para a gestão dos seus negócios.

g) No Componente Curricular: Gestão de Pequenos Empreendimentos (p.117 do Curso de ADM);

- Embora não haja citação direta em termos de Auto-gestão, os conteúdos citados na ementa se encaixam perfeitamente nas exigências da Economia Solidária.

- Na Bibliografia deste CCR, pode-se destacar três textos que podem servir à gestão dos empreendimentos da Economia Solidária: BARROS, Ageu. *Gestão Estratégica nas Pequenas e Médias Empresas.*; MOREIRA JR.; BORTOLLI NETO, A. *Empresa familiar: um sonho realizado.*; LEMES JR., BARBOSA, Antônio, PISA, Beatriz Jackiu. *Administrando micros e pequenas empresas.*

5.2.4 Categoria de análise Cooperativismo presente nos Documentos da UFFS

Segundo a caracterização do Cooperativismo tal como é definido pela Economia Solidária, buscamos no PDI da UFFS e no PPC dos Cursos de Agronomia e de Administração, conteúdos, conceitos/categorias referenciais que apontem para o exercício do cooperativismo.

a) No PDI (p.46), encontramos o princípio da: "Cooperação: O princípio diz respeito à forma de relação que os seres humanos estabelecem entre si para regular suas relações com a natureza, e encontra no trabalho a referência para humanizar a realidade natural e social. Trata-se de um princípio que se contrapõe ao individualismo econômico moderno e à instrumentalização racional que o embasa,

que busca conferir sentido humano ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão através da participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas. A cooperação implica o agir solidário, tanto na produção, quanto na apropriação e distribuição dos resultados nas distintas atividades humanas.

b) No Componente Curricular: Teoria Cooperativista I destacam-se textos da Bibliografia Básica, como:

- O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. (PINHO, Diva Benevides de);
- Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista, de SANTOS, Boaventura S. (org.)
- Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento. CRUZIO, Helnon de Oliveira;
- Um mundo sem pobreza. YUNUS, Muhammad.

c) No Componente Curricular: GESTÃO DE COOPERATIVAS:

- Toda a EMENTA aponta para os elementos do Cooperativismo como definido pela E.S.
- Na Bibliografia deste Componente Curricular, encontramos textos, como:
 - Como organizar e administrar uma cooperativa. CRUZIO, H. de O.
 - Associativismo e cooperativismo. ABRANTES, José.
 - O Kibutz e as cooperativas integrais (in História da Agricultura, p.60);

5.2.5 Categoria de análise Agroecologia presente nos Documentos Analisados

a) O Curso de Agronomia da UFFS caracteriza-se como agroecológico em contraposição ao paradigma hegemônico das ciências da terra: “Há, porém, outra concepção na Agronomia em curso, na qual a Agroecologia têm desempenhado um papel central” (p. 29).

b) Nos fundamentos paradigmáticos do Curso de Agronomia da UFFS (p. 29), encontramos o maior elo de ligação entre o Curso em questão e a Economia Solidária: “(...) o curso de Agronomia da UFFS, mais do que um simples adendo,

considera a agroecologia como eixo norteador, constitui-se assim, esforço consciente de superação do paradigma atual da Agronomia”.

c) “Assim, a matriz curricular está organizada de forma a permitir a formação interdisciplinar e focada na agroecologia, estando os componentes curriculares dispostos de forma sequencial ao longo do curso” (p.36).

d) O TCC englobará atividades de pesquisa e extensão voltadas, preferencialmente, a ênfase do Curso de Agronomia, i.é, em Agroecologia” (p.37).

e) O Curso tem duas disciplinas específicas: Agroecologia I (PPC, p.96) e Agroecologia II: (PPC, p.118):

f) Bibliografia sobre Agroecologia nas diversas disciplinas do Curso:

- Três livros sobre Agroecologia (in Agroecologia I)
- Os mesmos três para Agroecologia II;
- Dois livros de Agroecologia (in Ecologia Agrícola, p. 72)
- Um de Agroecologia (in Introdução à Agronomia, p .55);
- Um de Agroecologia (in Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, p. 115): Típico Componente Curricular que se prestaria para trabalhar diversos elementos da Economia Solidária!

g) Conceitos encontrados nas Ementas de Componentes Curriculares que têm vínculo com a Agroecologia:

- Instalação e manejo de hortas agroecológicas: (in Tópicos Especiais Olericultura, p. 145).
- Associações e certificação para produtos agroecológicos (idem, p. 145).
- Agroecologia (in Meio Ambiente, Economia e Sociedade, p. 53).

h) Disciplina: Meio Ambiente, Economia e Sociedade, na qual são estudadas categorias, como: agroecologia, cooperativismo e associativismo (PPC de Agronomia, p. 53 e PPC de ADM, p. 87).

5.2.6 Categoria de análise Economia Solidária nos Documentos da UFFS

O conceito Economia Solidária já foi suficientemente caracterizado ao longo deste trabalho. Ao buscar possíveis referências à mesma no PDI da UFFS e no PPC dos cursos de Administração e de Agronomia desta instituição, consideramos efetivo para compreensão do que queremos expressar com o conceito Economia Solidária. O “peso” do conceito deve recair sobre o adjetivo ‘Solidária’, o que a contrapõe à Economia da Competição. Trata-se de uma proposta econômico-político-social que vai na contramão do sistema econômico capitalista hegemônico em nossa sociedade. Uma educação que favoreça, estimule e reforce uma Economia Solidária só é possível se for fruto de uma reflexão sobre os valores humanísticos e com a decisão de construir pessoas e organizações movidas por convicções profundas e por estratégias de enfrentamento com o *status quo* e tendo como objetivo a construção de um novo sistema socioeconômico. Em que a UFFS pode colaborar para a construção de novas pessoas e organizações que tenham como arma de combate e de construção a Solidariedade humana, com a Vida em todas as suas manifestações e com o planeta que nos coube habitar?

a) O primeiro elemento que encontra-se na Concepção de Educação contemplada pelo PDI: “Uma educação que queira fazer jus ao seu conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador, como forma de relação que estabelece com o objeto investigado. Traduz-se na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros. A educação entendida como processo socializante e democratizante do conhecimento”.

b) Tanto o PDI como os PPCs dos Cursos de Administração e de Agronomia destacam como finalidades dos conhecimentos adquiridos no Domínio Comum:

- Despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às

valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, regional, nacional, internacional).

- Em síntese, o Domínio Comum visa à formação do estudante para a vivência da Cidadania Ativa Multicultural.

c) Ao propor sobre pesquisa e extensão, o documento frisa: "... os processos participativos tanto de condução de pesquisa científica e do desenvolvimento de tecnologias, quanto de tomada de decisões, terão papel preponderante na busca da diminuição das desigualdades sociais e regionais"(p.31). E, na sequência, mais ênfase na diminuição das desigualdades sociais: "Os projetos de pesquisa e extensão, (...) deverão estar alicerçados, portanto, em uma larga participação da sociedade em geral e, em particular, dos seus segmentos marginalizados ou, até mesmo, excluídos pelo atual processo de desenvolvimento" (p.30-31).

d) No Componente Curricular de ambos os cursos aqui pesquisados: Teoria Cooperativista I (Curso de Administração, p.108 e Curso de Agronomia, p.120): Toda a EMENTA orienta-se à origem e desenvolvimento da Economia Solidária. Idem o OBJETIVO. Ademais, é o ÚNICO Componente Curricular dos Cursos que utiliza explicitamente os conceitos de Economia Solidária nos itens: Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário.

e) Na Bibliografia Complementar de ambos CCRs, os textos:

- A Economia Solidária como política pública. Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil (Barbosa, Rosângela);
- Sentidos da experiência de economia solidária no Brasil, de GAIGER, L.I.

f) A Ementa do C.C Responsabilidade Socioambiental presente nos dois cursos em questão (p. 123 no Curso de Agronomia e p. 122 no Curso de Administração) traz em seu bojo diversos conceitos importantes de educação para a Economia Solidária, como: Filantropia, Balanço Social, Gestão Social, Responsabilidade, Obrigação e Sensibilidade Social; Gestão Ambiental e Passivo Ambiental.

5.3 ANÁLISE QUALITATIVA: APROXIMAÇÕES

5.3.1 Educação como direito de todo/a cidadão/ã e não como mercadoria.

Para a Economia Solidária, um dos seus objetivos é a satisfação dos direitos fundamentais da cidadania. E o direito à educação não é somente um dos direitos fundamentais, como um meio essencial para a conquista dos demais. Como a região hoje atingida pela presença da UFFS estava carente de uma educação superior gratuita, a chegada da Universidade Federal da Fronteira Sul atendeu a um anseio fundamental: uma educação superior gratuita e de qualidade. Para o Movimento de Economia Solidária esse tipo de educação é de suma importância, pois o público de ambas organizações é o mesmo: as camadas populares, agora com possibilidades concretas de ter uma educação voltada para a superação das desigualdades regionais e para ao empoderamento intelectual profissional das camadas populares.

5.3.2 A concepção de educação

A concepção de educação contemplada nos documentos da UFFS aqui relacionados utilizam como marco pedagógico a filosofia/pedagogia de Paulo Freire, entre outros. Sua concepção de epistemologia e pedagogia se acoplam à concepção de educação da Economia Solidária, isto porque Freire propõe um método de alfabetização política que parte da observação da realidade em que vive o educando e, através de temas geradores, ajuda-o a perceber como funciona a sociedade e seus laços de submissão. Como o Movimento de Economia Solidária quer superar o sistema dominante, este precisa ser entendido pelo cidadão, conscientizando-se da necessidade de romper os laços de dominação. Somente assim o mesmo terá condições de se engajar em iniciativas da Economia Solidária a qual se propõe superar o sistema dominante.

A pedagogia dialógica de Freire (1987) defende a necessidade do diálogo do educador com o educando mediado pela realidade. Todos são educadores e educandos aprendendo e ensinando no engajamento pela transformação da realidade. É fácil perceber como as concepções pedagógicas de Freire, adotadas

pelo Movimento da Economia Solidária caminham juntas na práxis desta. O fato da UFFS assumir a pedagogia de Freire como um dos seus principais inspiradores, faz com que o Movimento da Economia Solidária se sinta contemplado em seus objetivos e processos.

5.3.3 Democracia e Autonomia

As concepções de Democracia e Autonomia como princípios norteadores da UFFS coincidem com os objetivos do Movimento de Economia Solidária: esta também quer pessoas e equipes capazes de ser autônomas em suas iniciativas e empreendimentos.

A mesma coincidência se encontra no princípio do PDI (2012b, p.46) “Autonomia intelectual: O princípio diz respeito a uma condição ética e cognitiva no exercício do pensamento. Trata-se de preparar o indivíduo para embasar suas decisões e práticas na reflexão crítica da realidade histórica, (ADORNO, 1995). Os grupos do Movimento de Economia Solidária buscam a autonomia através da ampliação do conhecimento, seja técnico, seja filosófico e sociológico, pois necessitam responder adequadamente às exigências que a realidade da produção/comercialização e da sociedade em que estão inseridos.

5.3.4 Diminuir as desigualdades sociais

Em seus Referenciais Orientadores (p. 25- 32) de seu PPC, ao propor sobre pesquisa e extensão, o documento frisa: “(...) os processos participativos tanto de condução da pesquisa científica e do desenvolvimento de tecnologias, quanto de tomada de decisões, terão papel preponderante na busca da diminuição das desigualdades sociais e regionais”(p. 31). E, na sequência, maior ênfase na diminuição das desigualdades sociais: “Os projetos de pesquisa e extensão, (...) deverão estar alicerçados, portanto, em uma larga participação da sociedade em geral e, em particular, dos seus segmentos marginalizados ou, até mesmo, excluídos pelo atual processo de desenvolvimento” (p. 30-31).

Diminuir as desigualdades sociais foi uma das origens da Economia Solidária e continua fazendo parte de sua estratégia. Inclusive, posso afirmar, baseado na

minha experiência de participação neste Movimento há mais de dez anos, que o mesmo privilegia esses meios populares para iniciar projetos de Economia Solidária. Uma das estratégias utilizadas pelo Movimento é incentivar a participação de seus integrantes em cursos promovidos pela UFFS, sejam de licenciatura, sejam técnicos ou de extensão.

5.3.5 Uma nova/antiga técnica de produção de alimentos

Um elemento importantíssimo nesse processo de implantação do Curso de Agronomia na UFFS, encontra-se em seus Referenciais Orientadores (p. 25-32) de seu PPC: Primeiramente mostra que a criação do Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia é fruto de transformações ocorridas na consciência da população em geral e dos movimentos sociais em particular, “demandando novos conhecimentos e novas capacitações que determinam novas formas de atuação profissional no campo das ciências agrárias, num panorama que exige a implementação de ações ambientais voltadas para a sustentabilidade da agricultura” (p. 20). Já nos Referenciais Orientadores, fala criticamente do Paradigma Hegemônico nas Ciências Agrárias e passa a apresentar “Os fundamentos paradigmáticos do Curso de Agronomia da UFFS (p.29): “Há, porém, outra concepção na Agronomia em curso, na qual a Agroecologia têm desempenhado um papel central”.

A agroecologia é uma característica fundamental do Movimento de Economia Solidária, pois ela representa tanto um enfrentamento ao paradigma do agronegócio hegemônico em nosso sistema capitalista, como uma resposta aos anseios das classes populares adoecidas pelo consumo de alimentos “envenenados” pelos agrotóxicos e pela poluição. Produzir alimentos saudáveis, naturais, baseados em técnicas tradicionais dos povos originários e enriquecidas com novas construídas dentro da lógica da saúde de todos os seres vivos e do próprio planeta terra.

Por isso, percebemos fortes laços com o Curso de Agronomia quando, em seus Fundamentos Paradigmáticos (p.29), encontramos que : “(...) o curso de Agronomia da UFFS, mais do que um simples adendo, considera a agroecologia como eixo norteador, constitui-se assim, esforço consciente de superação do paradigma atual da Agronomia...”. E que “assim, a matriz curricular está organizada

de forma a permitir a formação interdisciplinar e focada na agroecologia, estando os componentes curriculares dispostos de forma sequencial ao longo do curso” (p. 36).

Podemos encontrar sintonia entre ambas realidades na caracterização do PPC do Bacharelado em Agronomia (p. 28): “Um curso que deve estar centrado em um ensino que privilegie os princípios da identidade, da autonomia, da diversidade, da interdisciplinaridade, da contextualização e da flexibilidade”.

A riqueza de significados de todos estes princípios pode ser encontrada também nos fundamentos do Movimento da Economia Solidária. Embora este trabalho tenha privilegiado a Autonomia/autogestão como característica fundamental da Economia Solidária, os demais acima nomeados também compõem o horizonte e a busca constante desta. Cada iniciativa tem a identidade do grupo que a compõe, variando segundo a cultura da região e da etnia que a desenvolve. Daí a diversidade das iniciativas que se expressam nas feiras, assembleias, conferências do Movimento. As feiras de trocas de semente e de outros produtos da Economia Solidária manifestam a heterogeneidade e a flexibilidade dos projetos que a integram. Tanto a contextualização como a interdisciplinaridade acontecem de maneira automática nos projetos levados a cabo pelo Movimento da Economia Solidária: não é necessário fundamentá-los teoricamente como se precisa fazer na academia porque estas características brotam da própria prática/práxis dos grupos participantes do Movimento.

5.3.6 A convivência teoria/prática/teoria

O Curso de Agronomia pauta que o TCC englobará atividades de pesquisa e extensão voltadas, preferencialmente, para a ênfase Agroecologia (p.37), está definindo um caminho de aproximação com o Movimento de Economia Solidária.

No Componente Curricular “Teoria Cooperativista I” (Curso de Administração, p.108 e do Curso de Agronomia, p.120): Toda a ementa orienta-se à origem e desenvolvimento da Economia Solidária Idem o objetivo. Ademais, é o único Componente Curricular dos Cursos que utiliza explicitamente os conceitos de Economia Solidária nos itens: Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário.

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (p. 115): Típico Componente Curricular que se presta para trabalhar diversos elementos da Economia Solidária! Tanto a categoria “Empoderamento”, como a “autogestão” se sentem reforçadas por este Componente Curricular que visa empoderar cada grupo humano, assim como cada região e país a buscarem sua soberania e segurança alimentar, a não depender de agentes e insumos externos que possam deteriorar as práticas na produção, conservação e manuseio do que vai para a mesa de cada povo.

5.3.7 Cooperativismo

O cooperativismo utilizado pela UFFS como ênfase do Curso de Administração, é uma categoria/característica do Movimento de Economia Solidária e está expresso em diversos documentos desta Universidade, como:

a) No PDI (p.46), encontramos o princípio da: "Cooperação: O princípio diz respeito à forma de relação que os seres humanos estabelecem entre si para regular suas relações com a natureza, e encontra no trabalho a referência para humanizar a realidade natural e social. Trata-se de um princípio que se contrapõe ao individualismo econômico moderno e à instrumentalização racional que o embasa, buscando conferir sentido humano ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão através da participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas. A cooperação implica o agir solidário, tanto na produção, quanto na comercialização e distribuição de tudo o que o empreendimento produz.

b) A Economia Solidária está contemplada no Objetivo Geral do Curso de ADM: "(...) profissional comprometido com os processos de cooperação voltados para o desenvolvimento econômico regional"(p. 44), assim como no Perfil do Egresso definido pelo mesmo Curso: "O perfil do egresso do Curso de Administração da UFFS caracteriza-se pela qualificação para atuar na gestão de organizações diversas, com foco específico em pequenos empreendimentos e cooperativismo"(p. 46) e nas linhas de formação do mesmo: "A grade curricular também está voltada para atender as duas principais linhas de formação do curso – gestão de pequenos negócios e cooperativismo"(p.51).

c) No Componente Curricular: Teoria Cooperativista I no qual se destacam textos da Bibliografia Básica, como:

- PINHO, Diva Benevides. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária;
- SANTOS, Boaventura S. (org.). Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista.
- CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento.

d) No CC: Meio Ambiente, Economia e Sociedade, no qual são estudadas categorias, como: agroecologia, cooperativismo e associativismo (PPC de AGRONOMIA, p.53 e PPC de ADM, p.87);

e) A Ementa do C.C Responsabilidade Socioambiental presente nos dois cursos em questão (p.123 no Curso de Agronomia e p.122 no Curso de Administração) traz em seu bojo diversos conceitos importantes de educação para a Economia Solidária, como: Filantropia, Balanço Social, Gestão Social, Responsabilidade, Obrigação e Sensibilidade Social; Gestão Ambiental.

5.3.8 Balanço das Aproximações

Fazendo uma análise das aproximações entre os documentos da UFFS aqui analisados e as categorias/características do Movimento de Economia Solidária, pode-se concluir que:

- a) Nos documentos institucionais, como o PPI, PDI e COEPE, encontram-se muitos elementos de aproximação com a Economia Solidária. O elenco dos mesmos presentes na primeira parte ou análise quantitativa demonstram esta afirmação.
- b) Não se encontra a mesma presença desses elementos nos PPCs dos Cursos de Agronomia e de Administração: ou seja, na construção dos diversos PPCs

nem sempre foram levados em conta os conteúdos dos documentos fundamentais que orientaram a construção da UFFS;

- c) No Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia há mais aproximações entre o mesmo e o Movimento de Economia Solidária do que entre este e o PPC de Administração com ênfase em Cooperativismo.

5.4 ANÁLISE QUALITATIVA: DISTANCIAMENTOS

Depois de observar muitas aproximações da UFFS como Universidade pública e popular e de seus dois cursos de bacharelado, Agronomia e Administração com o Movimento de Economia Solidária, vejamos os distanciamentos entre ambas.

- a) **A ausência do Movimento de Economia Solidária na caracterização da Região** onde foi instalada a UFFS. Em nenhum momento a análise da região esplanada nos documentos de instalação da UFFS menciona o Movimento de Economia Solidária. Não cabe juízo de valor a respeito do porquê da tal inexistência. Talvez seja a ausência do Movimento de Economia Solidária no processo de caracterização da região, ou até mesmo, a pouca representatividade do Movimento na época, a ponto de não ser notado como elemento importante nas características da região. Outro fator que explica tal ausência pode ser atribuído à nomenclatura “Economia Solidária” ainda pouco utilizada por ocasião da implantação da UFFS. Então, diversas ações da Agricultura Familiar e da Via Campesina que carregam suas características não utilizavam a denominação Economia Solidária.
- b) **Formato das Organizações:** Embora haja um esforço das direções da UFFS pela democratização da gestão, não há como negar a heteronomia originada da dependência do Ministério da Educação e da Fazenda, por um lado e da permanência das hierarquias em sua organização interna, com várias instâncias de decisões, numa divisão hierárquica do trabalho. Esta característica, própria da instituição acadêmica, a distancia da organização

auto-gestionária das Iniciativas da Economia Solidária, pois a autogestão é a marca fundamental de todos os passos do processo da Economia Solidária.

- c) **Movimento Teoria-Prática e Prática-Práxis:** outra grande distância entre a UFFS e o Movimento de Economia Solidária se situa na concepção e prática do processo educativo. Enquanto a prática do processo de ensino/aprendizagem da UFFS segue, quase integralmente, o processo da academia na qual teoria e prática acontecem em momentos distintos, no Movimento de Economia Solidária o processo educativo se dá, preponderantemente, através da Práxis, ou seja: na prática do trabalho associativo que perpassa todo o ciclo do Movimento e no qual a aprendizagem acontece mediante a prática refletida, questionada e assimilada coletivamente. Embora os estágios e os cursos de extensão tentem estabelecer a conexão teoria/prática, não é uma característica básica do ensino universitário em questão.
- d) **A ausência da categoria Economia Solidária nos componentes curriculares:** O Movimento de Economia Solidária que não foi objeto da caracterização da região para a instalação da UFFS, acabou aparecendo explicitamente em um Componente Curricular do Domínio Conexo nos dois cursos por nós utilizados como referência neste trabalho. O Componente Curricular Teoria Cooperativista contém, em sua Ementa, a única referência explícita à Economia Solidária. O fato do tema não ser citado em outros componentes curriculares de ambos cursos aqui pesquisados é uma sinalização da inexpressiva referência que o Movimento de Economia Solidária representa para a UFFS como um todo.
- e) **Ausência da Interdisciplinaridade nos Cursos** em que há elementos importantes para a Economia Solidária, como é o caso dos dois cursos aqui analisados. Mas, o fato das ênfases Agroecologia na Agronomia e Cooperativismo na Administração não se tornarem temas e referências interdisciplinares no interior de todo o curso nos leva a concluir que ênfases acabam não sendo consideradas significativamente ao longo de todo o ciclo

da aprendizagem e, conseqüentemente, na construção do perfil dos profissionais dessas duas áreas.

- f) **A ausência das ênfases dos dois cursos aqui analisados nos demais Componentes Curriculares dos mesmos:** tal observação, especialmente no Curso de Administração, é outra demonstração do distanciamento entre o Movimento da Economia Solidária e esta entidade acadêmica. Se nos dois cursos com ênfases importantes para a Economia Solidária não se consegue alinhar a interdisciplinaridade que ajudaria a construir um perfil profissional inclinado a se engajar no Movimento de Economia Solidária, a ausência de elemento significativos destas ênfases nos demais Componentes Curriculares dos cursos enseja que os profissionais dos mesmos tenham muito menos chances de compreender e integrar o movimento da Economia Solidária.

5.5 TENSIONAMENTOS

Refiro-me agora aos tensionamentos citados em nossa proposta de análise. Como eles não se encontram explicitados nos documentos, merecem uma análise apenas do ponto de vista do seu significado e importância. Os tensionamentos são próprios da dialética e a marca de um processo democrático em construção de algo novo. Os tensionamentos são pontos de ruptura entre o velho e o inovador onde sempre há espaço de flexibilização, tão necessário para a aceitação cultural. Nos tensionamentos estão os espaços de disputa de projetos existentes em nossa região e em nossa universidade.

Um dos desafios da UFFS é que ela surge dos movimentos sociais, mas capta os professores no "mercado", muitos dos quais são formados em instituições conservadoras. Aqui se estabelece uma dialética de difícil solução. Conforme aponta Romão:

"outro nítido desafio a ser enfrentado refere-se à resistência corporativa dos próprios docentes da Universidade quanto a procedimentos mais consentâneos com uma matriz institucional que não deve se alinhar totalmente aos parâmetros da universidade tradicional. A origem deste desafio está no processo de recrutamento de docentes que privilegia os egressos titulados classicamente pelas universidades «tradicionais». É portanto, um problema estrutural, até que se tenha docentes formados pelas próprias universidades populares." (ROMÃO; LOSS, 2014, p. 160)

Longe de exigir unanimidades, porque isso pode deturpar os processos democráticos, para uma universidade se consolidar em seu projeto é necessário um certo nível de unidade pedagógica para as necessárias sínteses dialéticas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 POR UMA PEDAGOGIA DA AUTODETERMINAÇÃO: TRILHANDO CAMINHOS DA SOLIDARIEDADE

As iniciativas de Economia Solidária fazem surgir uma nova cultura e uma nova concepção de mundo que é gestada por este segmento da população no interior da sociedade capitalista, demonstrando ser possível frear o desmonte econômico, socioambiental e da democracia estabelecido pela classe dominante em dimensões globalizadas. Nesses termos, a Economia Solidária quer superar a ideia do igualitarismo comunista e a exploração capitalista, propondo um caminho alternativo, buscando a justiça e a igualdade.

A proposta pedagógica para um ensino realmente revolucionário e um elevado patamar cognitivo deve estar baseada para além da constituição de sujeitos críticos, o que é um desafio. É preciso que se permita nos momentos e espaços educacionais a execução de tarefas e projetos em todas as suas fases, desde planejamento e desenvolvimento até a avaliação dos resultados. Metodologicamente, trata-se de colocar a mão na massa, numa verdadeira *“pedagogia da fazência prática”*. Os mestres em seu papel de mediadores entre a prática e a teoria, também são mediados pelo processo dinâmico com a dialética e contradição presentes de forma permanente. Esta dinâmica proporciona uma aprendizagem profundamente ligada com a realidade: é a práxis na sua plenitude potencializando a construção dos sujeitos.

É nesse sentido que a autogestão se coloca entre a Economia Solidária e a educação, dando a oportunidade para que os educandos passem a agir coletivamente frente aos problemas e decisões. Também é nesse sentido que a teoria histórico-cultural, aliada aos processos de autogestão, pode transformar a realidade e os sujeitos presentes. A educação para o novo só é possível se consegue colaborar na superação cultural da naturalização da exploração capitalista.

6.1.1 A autogestão como processo educativo e cultural

A autogestão na educação, na produção e na governança tem se mostrado um poderoso instrumento e invento histórico da humanidade para se colocar como alternativa ao modelo capitalista de produção. A autogestão tem se constituído, ao longo de sua história, como uma pedagogia que se aprimora em um novo projeto de sociedade, o qual tem na participação, na democracia e na distribuição justa das rendas seus maiores princípios. Segundo Singer (2002), a empresa Solidária se administra democraticamente, ou seja, em sua organização se pratica a autogestão, fato que exige tempo de experimentação por parte dos trabalhadores.

Para analisar a autogestão como processo educativo, pensamos ser possível utilizar as contribuições do enfoque histórico-cultural de Vigotski (1996), pois, para este autor o desenvolvimento humano tem como determinante o meio social, e este processo acontece principalmente pela aprendizagem da linguagem. Alves (2012) ao comentar sobre as relações entre as práticas sociais e as atividades mentais dos sujeitos na teoria de Vigotski, afirma:

Na concepção Vigotskiana, o ambiente social possibilita a apropriação e assimilação pelo indivíduo dos recursos sógnicos responsáveis pela mediação das ações humanas, disponíveis na cultura. É através desse movimento que cada indivíduo se torna um ser humano. O uso de signos como recursos mediadores, auxiliares na composição do funcionamento psicológico humano, transforma a atividade natural (funções psicológicas elementares) em prática social, e, concomitantemente, emergem daí formas complexas de pensamento e de comportamento” (ALVES, 2012, p. 166).

De acordo com a teoria histórico-cultural de L. S. Vigotski, a origem das mudanças que ocorrem no homem, ao longo do seu desenvolvimento, estão vinculadas às interações que ocorrem entre o sujeito e a sociedade, a cultura e a sua história de vida.

É cada vez mais aceito entre educadores e psicólogos que o desenvolvimento das habilidades intelectuais é construído a partir da ação do ser humano sobre o ambiente sócio histórico em que vive e atua e deste sobre a pessoa (CAMPOS, 1992). Neste sentido, levantamos a hipótese de que o ambiente de autogestão desenvolve processos educativos através da dialética intensa envolvendo diálogos e tensionamentos, próprios dos processos de gestão, tornando-se, assim, um campo favorável para as mediações linguísticas que contribuem no desenvolvimento cognitivo dos sujeitos envolvidos. É neste sentido que as

contribuições da teoria da aprendizagem de Vigotski tornam-se fator preponderante para a estruturação de uma autogestão democrática e pedagógica.

Quando nos referimos à autogestão pedagógica nos referimos a um grupo de sujeitos trabalhadores que passam por um processo de aprendizagem. Sua inserção em um grupo de autogestão se apresenta como novidade, que exige uma atitude de abertura intelectual para reaprender a ler o mundo, para além da venda de mão-de-obra, assumindo a responsabilidade de entendimento e governança do empreendimento que leva em conta o conjunto dos fatores ambientais. É neste movimento que se dão as condições de aprendizagem e desenvolvimento humano no contexto da autogestão.

A pesquisa de Vigotski se concentrou na análise do desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Nesta análise identificou o que ele denomina de *zona de desenvolvimento proximal*, que representa o lugar da mediação linguística nos ambientes escolares. Segundo Vigotski (1996), há uma inter-relação entre aprendizado e desenvolvimento desde os primeiros momentos em que a criança interage com o meio e outras pessoas, sendo neste processo a mediação da aprendizagem o fator preponderante.

No caso da autogestão, identificamos processo similar, pois nestes ambientes ocorrem mediações pedagógicas contínuas, recíprocas, alternadas e coletivas entre todos os sujeitos participantes do grupo. Existe nos sujeitos uma condição prévia ao seu envolvimento com a autogestão, composta por um conjunto de conhecimentos históricos e de experiências que forma o que poderíamos relacionar, com o que Vigotski denomina ZDR (zona de desenvolvimento real). Segundo Vigotski, o desenvolvimento potencial é resultado da mediação através de orientação e colaboração com os companheiros na resolução dos problemas.

A teoria sócio-histórica da aprendizagem, como o próprio Vigotski denomina, está colocada pedagogicamente a serviço do desenvolvimento humano (NEVES; DAMIANI, 2006). Os sujeitos encontram na materialidade dialética da autogestão as condições de modificarem a si próprios e ao meio, em processos educativos que acontecem desde a execução de tarefas básicas até as grandes decisões de estratégias e planejamentos para os empreendimentos solidários.

Neste sentido, partimos da análise de que o empoderamento popular passa por processos psicológicos de aprendizagem, portanto, a vivência da autogestão

pode gerar mudanças de comportamento nos sujeitos envolvidos. A autogestão, como forma de organização do trabalho, pode ser capaz de superar os atuais modelos de produção tanto de bens como de conhecimento e da democracia política para forjar dentro do próprio capitalismo um modelo que o supere para elevação da qualidade de vida de todos e não apenas de privilegiados, donos e controladores do poder econômico.

E neste sentido, a Educação Popular Solidária propõe a autogestão como projeto. Inserida nos processos pedagógicos para inovar a relação do sujeito com o objeto, da teoria com a prática para a efetiva resolução de problemas sociais e tecnológicos no contexto das comunidades. Por isso acreditamos que o ambiente social da universidade é potencialmente favorável a implementação de novas tecnologias sociais, como a autogestão.

A partir desta visão é preciso pensar a construção de uma educação universitária comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Esta deve refletir as experiências históricas para tecer uma nova concepção de mundo. Com base na experiência cotidiana dos ambientes educacionais escolares e de trabalho, elaborar um novo saber que tem suporte na pesquisa e na aplicação prática dos projetos propostos para intersecção da universidade com a comunidade, que busquem resolver os problemas enfrentados em todo o território de atuação da UFFS. Esta, por sua vez, deve fazer uma opção para se tornar referencia nacional e internacional em temas que estão intrinsecamente ligados à Economia Solidária, como é o caso das mais diversas formas de **cooperação** e uma nova forma de produção de alimentos baseadas na **agroecologia**, redesenhando a atual tendência da agricultura familiar e a composição dos centros urbanos em toda a região da fronteira sul.

Para Freire (1987), a consciência do oprimido foi moldada pela concepção de mundo do opressor. Dessa maneira, o oprimido adere aos valores, às ideologias, aos interesses do opressor, fato que não lhe permite ser livre. Segundo este autor, a educação pode ser a força libertadora do oprimido, pois “o homem não se liberta sozinho” (FREIRE, 1987), e a educação é, por natureza, solidária: os homens se libertam entre si. Neste sentido, acreditamos que o pensamento pedagógico de Paulo Freire é assumidamente político, contribuindo para o aprofundamento do debate que coloca a economia solidária numa perspectiva para além da revolução

social e cultural de indivíduos para uma revolução política de Estado. A mudança do mundo passa por remontar o homem e remontar o Estado.

Esta reflexão implica na necessidade de estruturação de um novo saber, uma nova consciência, que teria efeito quando incorporados no cotidiano comunitário e transformados em novas formas de agir. Também busca políticas educativas que permitam que a tomada de consciência se reverta em atos. Configurar-se-ia, desta forma, uma nova educação popular solidária, que somente se concretizará de modo contínuo e efetivo se estiver a cargo das organizações geridas com democracia e participação efetiva na autogestão. As novas possibilidades de organização do trabalho tem sua expressão mais profunda nos empreendimentos de economia solidária, que, segundo Gaiger (1999), têm as seguintes características: autogestão, democracia, participação, equidade, cooperação, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Um novo saber exige troca recíproca entre estudantes e educadores, que, por sua vez, passam a ser construtores, organizadores permanentes em constante interação com as necessidades da comunidade e resolução de problemas sociais e tecnológicos.

Para uma interação de projetos entre a universidade e as comunidades, é preciso construir uma nova relação entre educadores e grupos de trabalho da economia solidária, que conduza a uma redefinição desafiadora de métodos, permitindo aos estudantes/trabalhadores se percebam: como produtores de conhecimento, articuladores do mesmo que emanou de suas práticas sociais e políticas; como agentes de um processo de rearticulação do novo modo de pensar e agir, redefinido a partir de uma tomada de consciência de perspectiva de classe, pela cultura da autogestão na educação, na produção e na governança..

A Educação Popular Solidária não se realiza por simples reformas, nem eternas críticas. Realiza-se pela ruptura com a situação vigente, pela criação de algo novo, por um processo dialético, através do diálogo com alto grau de colaboração, união e organização. Assim se dará a supressão da pura competição dando lugar à cooperação. O desafio é construir uma nova síntese que recontе a história para intervir no presente e realizar no futuro. Este é o nosso legado, de promover uma educação que tem por fim dialogar e convencer para a necessidade de revolucionar. Como o antropólogo Darci Ribeiro (1995) propagava intensamente: “O mais

importante para o povo brasileiro é inventar o Brasil que nós queremos". A juventude, em especial os estudantes universitários, terão força e entusiasmo para se tornarem protagonistas neste processo de autodeterminação? Com o apoio e ações educativas de educadores/mediadores, nossos estudantes, calçados nas lutas sociais que partem da realidade, podem contribuir decisivamente para um "movimento para afazeres coletivos" , tornando a vida acadêmica mais significativa e próxima do povo.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. Educação na economia solidária. **Educação**. Santa Maria, v. 39, n. 31, set./dez. 2014, p. 577-588.
- ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida: Idéias & Letras, 2010.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALVES, Solange Maria. **Freire e Vigotski**: um diálogo entre a pedagogia freireana e a psicologia histórico-cultural. Chapecó: Argos, 2012.
- ANTUNES, Jair. **A cura da alienação ambiental provocada pelo dilúvio liberal imperialista**. Especialização em Geografia e gestão ambiental, municipal e regional. Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNOCHAPECO, Brasil, 2003.
- BENINI, Édi A., FARIA, Maurício Sardá de. E NOVAES, Henrique T. e DAGNINO, Renato (org.) **Gestão Pública e Sociedade**. Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária. Vol 1 e 2. Outras Expressões. São Paulo, 2013.
- BETTO, Frei. Se a classe média acordasse. **Caros Amigos**, edição 222, setembro de 2015.
- BORGES, Livia de O. “As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional”. RAC – **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 3, n.3, set./dez. ,1999. p. 81-107.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff: da orientação sócio-cultural em Psicologia a uma concepção democrática de Educação. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília , v. 12, n. 1, p. 4-13, 1992 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 out 2015
- CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Diretrizes políticas metodológicas par educação em economia solidária**. Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012.
- DAMBROS, Marlei e PETRY, Oto João. Tensionamentos na configuração do currículo em uma universidade pública e popular. **X Anped Sul**, Florianópolis, outubro de 2014.
- DAMBROS, Marlei. **Dilemas na constituição dos sentidos atribuídos ao popular na universidade Federal da Fronteira Sul**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**. Contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Editora Autores Associados, 1993.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Dominus/Edusp, 1966.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria A. (Org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 85-86.

FREIRE, Ana Maria A. (Org.). **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. Significados e tendências da Economia Solidária. In: Caderno CUT Brasil. **Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. Dezembro de 1999.

GAIGER, Luiz (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz. Apresentação. In: GAIGER, Luiz et al. **A Economia Solidária no Brasil**. Uma análise dos dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLMGREN, David. **Permacultura**. Princípios e caminhos além da sustentabilidade. Porto Alegre/RS: Via Sapiens, 2013.

KONDER, L. **O que é dialética**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEITE, Maria de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 24, n. 69, fevereiro 2009. p. 31-51.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis/RJ: Vozes/PNUMA, 2001.

LOPES NETO, David et al. Um olhar sobre as avaliações de Cursos de Graduação em Enfermagem. **Rev Bras Enferm**, vol. 61, n. 1, Brasília jan./fev; 2008. (p. 46-53)

MAKARENKO, Anton. **Poema Pedagógico**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 3 v.

MAKARENKO, Anton. **Conferências sobre Educação Infantil**. São Paulo: Moraes, 1981.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MESZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argomg.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html> Acesso em 3 out 2015

NEVES, Rita de Araújo; DAMIANI, Magda Floriana. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. **UNirevista**, Vol. 1, nº 2, abril 2006.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, São Paulo, n. 63, p. 179-201, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Out. 2015.

ROMÃO, J. E., LOSS, A. S. A Universidade Popular no Brasil. **Foro de Educación**, 12(16), 2014, p. 141-168.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

SINGER, Paul. **A Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. – Indiana: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SKINNER, B.F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2001 (Coleção Fronteiras da Educação).

TIRIBA, L.; PICANCO, I. (Org.). **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

TIRIBA, L. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27. n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007.

UFFS. **Relatório das atividades e resultados atingidos**. Grupo de trabalho de criação da futura universidade federal com campi nos estados do PR, SC e RS. Março de 2008.

UFFS. **Documento base I Conferência de ensino, pesquisa e extensão COEPE**. Chapecó/SC, 2010a.

UFFS. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado**. Chapecó/SC, 2010b.

UFFS. **Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia**. Chapecó, SC, 2010c.

UFFS. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Agronomia – Bacharelado**. Chapecó/SC, 2012a.

UFFS. **Plano de desenvolvimento institucional PDI 2012-2016**. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012b.

VENTURA NETO, Eduardo Augusto. **Heterogestão e autogestão**: duas formas de controle da produção e do trabalho no capitalismo contemporâneo: a experiência da COPALA. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2010.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.